



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal –
SFA/DF

Relatório de Gestão do exercício de 2013

Brasília – DF - 2014



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal –
SFA/DF

Relatório de Gestão do exercício de 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle, em especial, a Portaria CGU nº133/2013.

Brasília – DF - 2014

ABENILIO AIRES CIRQUEIRA

Superintendente Federal

NATHÁLIA MATTOS

Chefe da Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA

EDSON GUIMARAES CAVALCANTE

Chefe da Divisão Defesa Agropecuária - DDA

SUELLEN ZABALAGA VIANA

Chefe do Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/DDA

JOSÉ CARLOS FONSECA BOQUADI

Chefe do Serviço da Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA

ARIADNE NEMER XAVIER

Chefe da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

WILSON DANTAS DO NASCIMENTO

Chefe Substituto do Serviço de Apoio Administrativo – SAD

EDSON CLEMENTINO DA CUNHA

Chefe da Seção de Gestão de Pessoas – SGP

ANDRÉ SILVA COSTA

Chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF

HELIANA OLIVEIRA MORAES

Seção de Atividades Gerais – SAG

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	7
LISTA DE TABELAS E QUADROS.....	8
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.....	10
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	10
1.1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	10
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	10
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	13
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICO.....	15
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	16
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	16
INTRODUÇÃO.....	17
2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	19
2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE	19
2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS	21
2.2.1 PROGRAMA TEMÁTICO.....	21
2.2.2 OBJETIVO.....	21
2.2.3 AÇÕES	21
2.2.3.1 AÇÕES - OFSS.....	22
2.2.3.1.1 AÇÕES – OFSS – 2000/000A OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	22
2.2.3.1.2 AÇÕES – OFSS - 20ZW/0005 ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA	25
2.2.3.1.3 AÇÕES – OFSS - 20ZW/0006 PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS	26
2.2.3.1.4 AÇÕES – OFSS - 20ZX/000J VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS	28
2.2.3.1.5 AÇÕES – OFSS - 20ZX/000D FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS.....	30
2.2.3.1.6 AÇÕES – OFSS - 20ZX/000H INSPEÇÃO, FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL.....	32
2.2.3.1.7 AÇÕES – OFSS - 20ZX/000A FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES.....	34
2.2.3.1.8 AÇÕES – OFSS - 20ZX/000C FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS	37
2.2.3.1.9 AÇÕES – OFSS - 20XZ/000B FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS.....	40
2.2.3.1.10 AÇÕES – OFSS - 20ZX /000E PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS.....	42
2.2.3.1.11 AÇÕES – OFSS - 20ZX/0008 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL.....	44
2.2.3.1.12 AÇÕES – OFSS - 20ZX/0009 – FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO.....	47
2.2.3.1.13 AÇÕES – OFSS - 20ZX/0006 FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL.....	49
2.2.3.1.14 AÇÕES – OFSS - 20ZW/0009 - ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA.....	51
2.2.3.1.15 AÇÕES – OFSS - 20ZW/000F - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS.....	53
2.2.3.1.16 AÇÕES – OFSS - 20ZX/000G INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.....	55

2.2.3.1.17 AÇÕES – OFSS - 20ZX/000K VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL AGROPECUÁRIO, SEUS PRODUTOS E INSUMOS.....	58
2.2.3.1.18 AÇÕES – OFSS – 8606/0003 APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA.....	62
2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO.....	65
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	65
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	65
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	65
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO	67
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	67
4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	67
4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS	67
4.1.1 PROGRAMAÇÃO.....	67
4.1.2 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA	68
4.1.3 REALIZAÇÃO DA DESPESA	69
4.1.3.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL	69
4.1.3.2 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ	69
4.1.3.3 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL.....	69
4.1.3.4 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ....	69
4.1.3.5 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	69
4.1.3.6 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	70
4.1.3.7 ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA	71
4.2 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	72
4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	72
4.3.1 ANÁLISE CRÍTICA	72
4.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	72
4.4.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO.....	72
4.4.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS..	73
4.4.3 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE.....	73
4.4.4 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	74
4.4.5 ANÁLISE CRÍTICA	75
4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS	75
4.5.1 SUPRIMENTO DE FUNDOS – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	75
4.5.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTA TIPO “B”.....	75
4.5.3 SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF).....	75
4.5.4 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	76
4.5.5 ANÁLISE CRÍTICA	76
4.6 RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ	76
5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	76
5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	76
5.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	76
5.1.1.1 LOTAÇÃO.....	76
5.1.1.2 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA	77

5.1.2	QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	78
5.1.2.1	ESTRUTURA DE CARGOS E DE FUNÇÕES.....	78
5.1.2.2	QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE.....	78
5.1.2.3	QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE.....	79
5.1.3	CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	79
5.1.4	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	79
5.1.5	CADASTRAMENTO NO SISAC.....	79
5.1.6	ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS.....	80
5.1.7	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS.....	80
5.1.8	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	80
5.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	80
5.2.1	INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO.....	80
5.2.2	AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.....	81
5.2.3	INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	81
5.2.4	INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO.....	81
5.2.5	ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 5.2.3 E 5.2.4.....	82
5.2.6	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	82
6	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	82
6.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	82
6.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	85
6.2.1	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	85
6.2.2	DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.....	85
6.2.3	DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.....	86
7	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	86
7.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	86
7.1.1	ANÁLISE CRÍTICA.....	88
8	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	88
8.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	88
8.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	89
9	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	90
9.1	TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU.....	90
9.1.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	90
9.1.2	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	90
9.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	90
9.2.1	RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	90
9.2.2	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	90
9.3	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	90
9.4	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	91
9.4.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93.....	91
9.4.2	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	91
9.5	MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO.....	91
9.6	ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV.....	92

10	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	94
11	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	94
11.1	MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE 94CONTABILIDADEAPLICADAS AO SETOR PÚBLICO	94
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	94
11.2.1	DECLARAÇÃO PLENA	94
12	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	95
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	95
	RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS

SFA/DF - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento
SAOD - Seção de Apoio Operacional e Divulgação
DDA - Divisão de Defesa Agropecuária
SIFISA - Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal
SIFISV - Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal
UVAGRO - Unidade de Vigilância Agropecuária
SAD - Serviço de Apoio Administrativo
SAG - Seção de Atividades Gerais
SGP - Seção de Gestão de Pessoas
SEOF - Seção de Execução Orçamentária e Financeira
SEAGRI - DF - Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Distrito Federal
GTA - Guia de Trânsito Animal
BPF - Boas Práticas de Fabricação
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
SIF - Serviço de Inspeção Federal
FISCALSEM1 - Fiscalização de sementes e mudas
FISCINAN - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal
FISCGENE - Fiscalização de Material Genético Animal
PCEVEGETAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
PCEANIMAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
FEBREAFTOSA - Erradicação da Febre Aftosa
VIGIFITO1 - Vigilância e Fiscalização Trânsito Interestadual de Vegetais, Produtos e Insumos
FISCPLANTA - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos
FISCANIMAL - Vigilância e Fisc.Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos
IPVEGETAL2 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
PADCLASSIF - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
INSPANIMAL3 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
CERTORGAN - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro A.1.1.1 - Identificação da Uj – Relatório De Gestão Individual.....	10
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS – 2000/000A Operação Dos Serviços Administrativos Das Unidades Descentralizadas.....	22
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS - 20ZW/0005 Erradicação Da Mosca Da Carambola.....	25
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS - 20ZW/0006 Prevenção, Controle E Erradicação De Pragas Dos Vegetais.....	26
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS - 20ZX/000J Vigilância E Fiscalização Do Trânsito Interestadual De Vegetais, Seus Produtos E Insumos.....	28
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS - 20ZX/000D Fiscalização Das Atividades Com Organismos Geneticamente Modificados.....	30
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS - 20ZX/000H Inspeção, Fiscalização De Produtos De Origem Vegetal.....	32
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS - 20ZX/000A Fiscalização De Fertilizantes, Corretivos E Inoculantes.....	34
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS - 20ZX/000C Fiscalização De Agrotóxicos E Afins.....	37
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS - 20XZ/000B Fiscalização De Sementes E Mudas.....	40
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS - 20ZX /000E Padronização, Classificação, Fiscalização E Inspeção De Produtos Vegetais.....	42
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS - 20ZX/0008 - Fiscalização De Insumos Destinados À Alimentação Animal.....	44
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS - 20ZX/0009 – Fiscalização De Produtos De Uso Veterinário.....	47
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS - 20ZX/0006 Fiscalização De Material Genético Animal.....	49
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS - 20ZW/0009 - Erradicação Da Febre Aftosa.....	51
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS - 20ZW/000F - Prevenção, Controle E Erradicação De Doenças Dos Animais.....	53
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS - 20ZX/000G Inspeção E Fiscalização Dos Produtos De Origem Animal.....	55
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS - 20ZX/000K Vigilância E Fiscalização Do Trânsito Internacional Agropecuário, Seus Produtos E Insumos.....	58
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS – 8606/0003 Aplicação De Mecanismos De Garantia Da Qualidade Orgânica.....	62
Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	65
Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna Por Grupo De Despesa.....	68
Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa Por Grupo De Despesa.....	68
Quadro A.4.1.3.5 – Despesas Por Modalidade De Contratação– Créditos De Movimentação.....	69
Quadro A.4.1.3.6 – Despesas Por Grupo E Elemento De Despesa – Créditos De Movimentação.....	70
Quadro A.4.3 – Restos A Pagar Inscritos Em Exercícios Anteriores.....	72
Quadro A.4.4.2 – Resumo Dos Instrumentos Celebrados Pela Uj Nos Três Últimos Exercícios.....	73
Quadro A.4.4.3 – Resumo Da Prestação De Contas Sobre Transferências Concedidas Pela Uj Na Modalidade De Convênio, Termo De Cooperação E De Contratos De Repasse.....	73
Quadro A.4.4.4 – Visão Geral Da Análise Das Prestações De Contas De Convênios E Contratos De Repasse.....	74
Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas Por Meio Da Conta Tipo “B” E Por Meio Do Cartão De Crédito Corporativo (Série Histórica).....	75
Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão De Crédito Corporativo Por Ug E Por Portador.....	75
Quadro A.4.5.4 - Prestações De Contas De Suprimento De Fundos (Conta Tipo “B” E CPGF).....	76
Quadro A.5.1.1.1 – Força De Trabalho Da Uj – Situação Apurada Em 31/12.....	77
Quadro A.5.1.1.2 – Situações Que Reduzem A Força De Trabalho Da Uj.....	77

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento Da Estrutura De Cargos Em Comissão E Funções Gratificadas Da Uj...	78
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade De Servidores Da Uj Por Faixa Etária.....	78
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade De Servidores Da Uj Por Nível De Escolaridade.....	79
Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.....	80
Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	81
Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários.....	82
Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	85
Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	85
Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	86
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	88
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	89
Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	91
Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	92
Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	94

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal			
Denominação Abreviada: SFA-DF			
Código SIORG: 2802	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 130014
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta			CNPJ: 00396895/0075-61
Principal Atividade: Serviços relacionados com a Agricultura e Pecuária, exceto atividade clínica em veterinária.			Código CNAE: Agricultura: A.01.61-9 Pecuária: A 01.62-7
Telefones/Fax de contato:	(061) 3329-7100	(061) 3329-7150	(061) 3329-7121
Endereço Eletrônico: gab-df@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br/			
Endereço Postal: SBN – Ed. Palácio do Desenvolvimento - Qd. 1 - Bloco “D” - 5º Andar - CEP: 70057-900 - Brasília – D/F – (61) 3329.7100			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Texto: Instituída pelo Decreto nº 5.351 de 21/01/2005, publicado no D.O.U., de 24 de janeiro de 2005.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010 - REGIMENTO INTERNO DAS SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – Anexo 1			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal – SFA/DF, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, tem como finalidade principal garantir a qualidade dos alimentos, matérias e insumos agropecuários ofertados à sociedade, por meio de ações de educação, padronização, inspeção e fiscalização, dentro

da cadeia agropecuária na sua área de responsabilidade, tendo jurisdição no Distrito Federal e no Entorno.

Exerce sua competência institucional desde a produção, processamento, transporte e comercialização dos alimentos, da defesa ao desenvolvimento agropecuário e nas políticas de capacitação e melhoramento da agricultura como um todo, à inocuidade dos alimentos até o fortalecimento da economia brasileira, numa ação integrada entre os mais diversos órgãos e instituições, sempre com foco na adoção dos conceitos e metas definidos pelo planejamento estratégico do MAPA, em especial, de tornar a agropecuária nacional e local mais sustentável em todos os seus aspectos.

Conforme o artigo 1º da Portaria 428, de 9 de Junho de 2010, às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de:

- I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- II - fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura;
- III - assistência técnica e extensão rural;
- IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
- VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais;
- VII - planejamento estratégico e planejamento operacional;
- VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

No exercício de 2013, à UJ, dentre os mais diversos programas e ações do PPA, coube um total de 3 (três) programas e 4 (quatro) ações, e destes, lançamos no presente relatório, as principais realizações, coadunadas com os objetivos estratégicos definidos para o MAPA, mas em consonância com a realidade do DF.

O debate entre o corpo técnico e entre estes e a área administrativa permitiu a definição e priorização de linhas de atuação (ações e programas – apresentados no item anterior), alinhadas com uma estratégia nacional. Nesse sentido, a equipe focou o fortalecimento do Cooperativismo e do Associativismo, a Agricultura Orgânica, a Segurança Alimentar da sociedade local e dos destinos de exportação, bem como o aumento da produção e da produtividade de produtos e subprodutos agropecuários mais significativos, como, por exemplo, a produção avícola. Por fim, foram dinamizadas ações de supervisão em estabelecimentos industriais de produtos de origem animal.

Diante desta constatação, os principais objetivos estratégicos da SFA/DF estão contidos no mapa estratégico do Ministério onde destacamos abaixo:

- Garantir a segurança alimentar
- Segurança do alimento, abastecimento e preço.
- Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio.
- Garantir a inocuidade e qualidade dos alimentos.
- Estimular a agregação de valor na produção agropecuária.
- Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA

Em face dos objetivos estratégicos alinhamos abaixo alguns destaques a comprovar que a SFA/DF contribuiu para o desenvolvimento do agronegócio no Distrito Federal e, em alguns casos, dando continuidade a ações iniciadas no exercício de 2013:

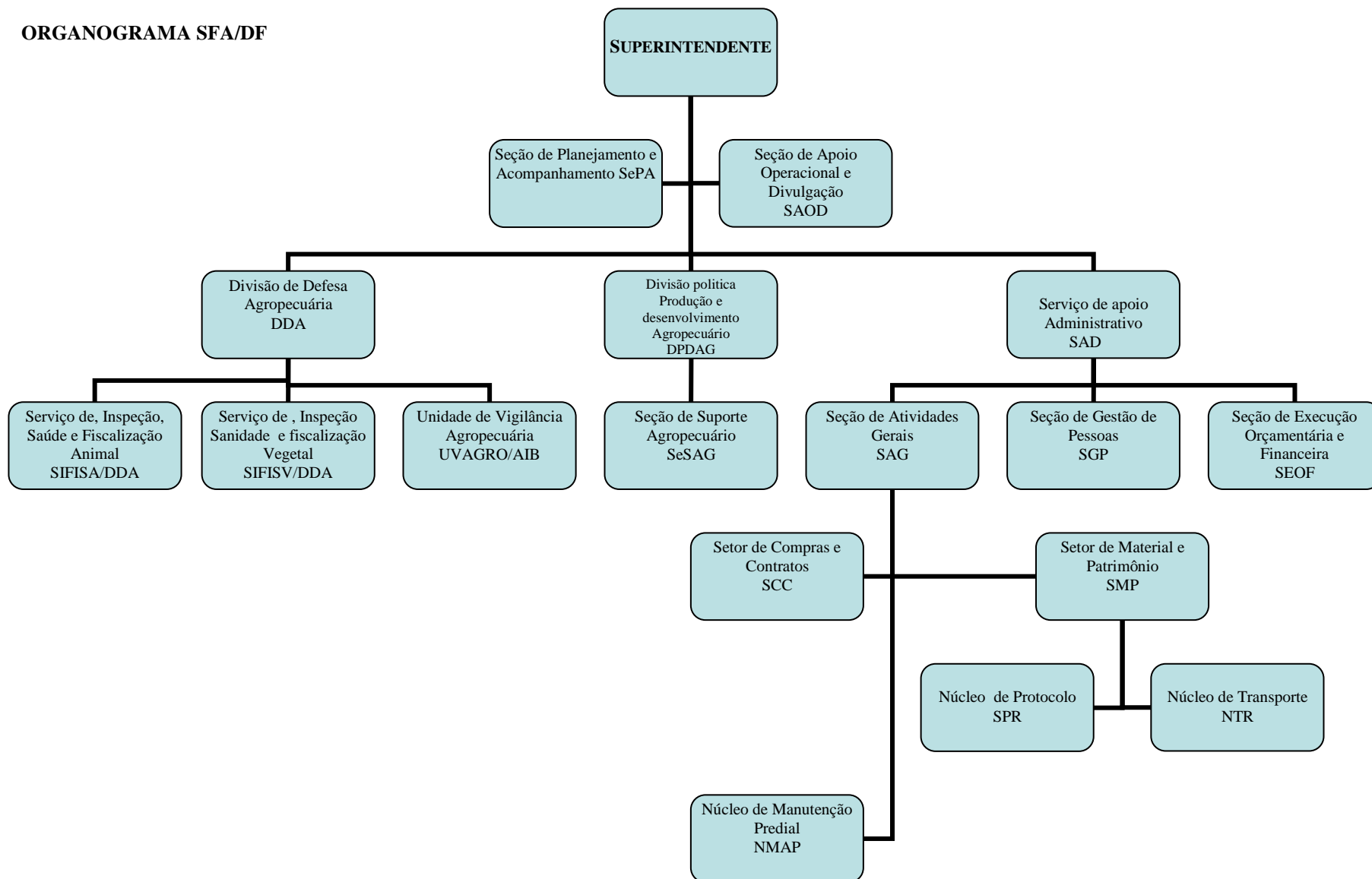
1- Em 2013, a SFA/DF, deu continuidade às atividades de supervisão e controle (acompanhamento *in loco*) em convênio firmado no exercício de 2012 com a SEAGRI-DF - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, para que a garantia de que as atividades continuassem sendo desenvolvidas pelo GDF, garantindo, dessa forma, a defesa do mercado produtor e consumidor local. Reafirma-se que o Distrito Federal continua sendo classificado, por exemplo, como área de risco mínimo de foco de febre aftosa, comprovado pela não ocorrência de casos desta enfermidade na região desde 1993, consolidando o Distrito Federal entre as melhores condições sanitárias do país.

2 – Com relação ao SIFISA, avançamos na consolidação das boas práticas de fabricação das indústrias de alimentos para animais. Implantou-se a análise fiscal de pescados e seus derivados em laboratório oficial. Intensificou-se a realização das supervisões em estabelecimentos de inspeção federal. Recebemos no DF uma missão russa para o estabelecimento SEARA para verificação de conformidades, com vistas a exportação pra aquele país. Implantação e consolidação dos programas de autocontrole em estabelecimentos sob inspeção do DF.

3 – A intensificação das atividades iniciadas em 2012, no campo do Cooperativismo e Associativismo, envolveram os técnicos e setores da unidade, reforçando a aproximação dos setores produtivos com possíveis fontes de fomento e financiamento. Muitas reuniões também aconteceram no segmento. Outro fonte de ação foi a Produção Integrada, consistindo as iniciativas na participação de produtores rurais em atividades de estímulo à adoção de tais práticas. O trabalho com orgânicos seguiu intensificado, inclusive com a realização da Semana de Alimentos Orgânicos. 2013 também foi marcado pela realização de “dias de campo”, atividades de cunho mais prático, oportunidade para aprimoramento de técnicas e difusão de conhecimentos, além do compartilhamento de experiências. Por fim, a SFA/DF não apenas participou da Feira AGROBRASÍLIA, mas atuou decisivamente na coordenação dos trabalhos no STAND do MAPA.

1.3 Organograma Funcional

ORGANOGRAMA SFA/DF



UNIDADES DE ASSISTÊNCIA DIRETA

- A Seção de Planejamento e Acompanhamento tem por objetivo a promoção do processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, bem como o processo de gestão operacional (internalização do Plano Plurianual; elaboração e consolidação do Plano Operativo Anual). A seção elabora relatórios periódicos relativos à execução das ações, e também é responsável por consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal.
- A Seção de Apoio Operacional e Divulgação deve prestar apoio ao titular da SFA/MAPA nas atividades de agenda de trabalho, cerimonial, despachos e representação institucional, relacionamento com imprensa e promoção institucional. Também é responsável pela adequação das informações das demais unidades administrativas e pelo encaminhamento ao órgão setorial de comunicação de governo para divulgação.

UNIDADES CENTRAIS DE EXECUÇÃO FINALÍSTICA

- À Divisão de Defesa Agropecuária compete coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades de vigilância zoossanitária e fitossanitária; prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais; fiscalização do trânsito internacional de animais vivos, de vegetais e partes de vegetais, de produtos de origem animal e vegetal, de insumos agropecuários e de materiais biológicos de uso na agropecuária; educação sanitária para defesa agropecuária e fiscalização. Ainda é responsável pela implementação da operacionalização de ações demandadas pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, de Insumos Agrícolas e de Insumos Pecuários.
- O Serviço de Saúde Animal deve programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância sanitária e epidemiológica; prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais; emissão de certificado sanitário internacional para a exportação de animais vivos, material genético de animais, produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário. Ao Serviço também cabe a orientação e acompanhamento quanto a aplicação das normas sanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e a realização de exposições, feiras, leilões, e outras aglomerações de animais;
- Ao Serviço de Sanidade Vegetal compete programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância fitossanitária; prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais; aplicação das medidas de defesa fitossanitária, com vistas a evitar a disseminação de pragas dos vegetais. O Serviço de Sanidade Vegetal também é responsável pela orientação e acompanhamento das normas sanitárias que disciplinam a importação e exportação de vegetais; cadastramento, registro e fiscalização propriedades rurais e empresas exportadoras que tenham aderido aos programas de exportação cancelados pelo MAPA;

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DE EXECUÇÃO FINALÍSTICA

- À Unidade de Vigilância Agropecuária, localizada no aeroporto internacional de Brasília, compete a execução das atividades de fiscalização agropecuária, procedendo: a realização de exames de animais vivos e de vegetais e partes de vegetais, na importação e na exportação; a inspeção de produtos de origem animal e de origem vegetal, de sêmen animal, de embriões de animais, de produtos para alimentação animal, de produtos de uso veterinário, de agrotóxicos, seus componentes e afins. Examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos que possam veicular agentes de doenças animais ou de pragas vegetais, que constituem ameaça à agropecuária nacional.

UNIDADES DE APOIO OPERACIONAL

- O Serviço de Apoio Administrativo é responsável pela coordenação da execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA/MAPA, consoante orientações dos órgãos setoriais. O Serviço orienta os procedimentos licitatórios; preparação e formatação de contrato, ajuste e demais instrumentos de parcerias; alienação de bens móveis; execução físico-financeira de convênio, ajuste, contrato, e demais instrumentos de parceria, emitindo parecer técnico; e atividade-meio e de execução orçamentária e financeira, junto às Unidades de Execução Finalística integrantes da SFA/MAPA;

1.4 Macroprocessos Finalísticos

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tem a missão de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira e por visão, até o ano de 2015, ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

Pela grande importância econômica do segmento do agronegócio para o país, onde a agropecuária tem contribuído de forma robusta para a elevação do saldo da balança comercial brasileira, o MAPA age por meio de suas Superintendências nos estados, cujas especificidades influenciam as ações a serem desenvolvidas em todas as unidades.

Baseado nestas circunstâncias, a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal - SFA-DF é responsável pela execução de importantes programas e ações contidas no Plano Plurianual 2012/2015, com ênfase no desenvolvimento do agronegócio bem como na defesa, inspeção e fiscalização de insumos, produtos e subprodutos agropecuários, bem com a vigilância das fronteiras do DF. Assim, fomentar, fiscalizar, inspecionar, defender e vigiar são os macroprocessos finalísticos da unidade.

Por meio dos macroprocessos aqui elencados - que são conduzidos pela equipe SFA/DF (por meio de Planos Operativos, lançados no SIG/POA) e em consonância com corpo normativo e formulações estratégicas superiores - são oferecidos produtos e serviços agropecuários mais seguros à população local e nacional, ou seja, inspecionados e fiscalizados e livres de pragas e doenças, bem como é estimulado o crescimento e desenvolvimento do agronegócio local.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Podemos identificar como macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da unidade a Gestão Estratégica e o Apoio Administrativo.

Se o Planejamento Estratégico, no âmbito do MAPA, é um processo gerencial que diz respeito à formulação de objetivos para a seleção de programas de ação e para sua execução, consubstanciado, no nosso caso, em um MAPA ESTRATÉGICO, que leva em conta as condições internas e externas ao órgão e sua evolução esperada, a Gestão Estratégica é uma forma de gerir toda a organização, com foco em ações estratégicas em todas as áreas.

No MAPA, os rumos são definidos conjuntamente, sob a supervisão de área específica, a Assessoria de Gestão Estratégica – AGE/MAPA, e, uma vez definidas as diretrizes de atuação, as ações, por meio de planos operativos (POA), são registradas e acompanhadas em sistemas próprios (SIG/POA e SIOR), e recebem supervisão direta das chefias imediatas e da área de Acompanhamento e Planejamento – SPA/SFA/DF.

O Apoio Administrativo é o macroprocesso de apoio por excelência. No âmbito da unidade ele é representado pelo PI MANUTSFA e se apresenta como o meio de suportar as atividades finalísticas, não sendo um fim em si mesmo. Nesse sentido, as atividades de pessoal, finanças e orçamento e serviços gerais são centralizadas, organizacionalmente, no Serviço de Administração – SAD/SFA/DF, sendo certo que os outros setores não contam com tais atribuições, muito embora contribuam com recursos orçamentários e financeiros para o compartilhamento das despesas comuns.

1.6 Principais Parceiros

A concretização da missão e visão do MAPA e, mais de perto, a execução das ações, a principal função das unidades descentralizadas necessariamente tem de contar com a colaboração de parceiros, internos e externos.

Internamente, nunca é demais ressaltar a ajuda que recebemos dos órgãos centrais do MAPA, por meio das suas secretarias finalísticas e dos órgãos de direção superior, o GM e a SE. Menção especial merece a atenção dispensada pela Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências – CGAS à SFA/DF.

No campo externo, muitas são as parcerias. Em matéria de defesa agropecuária, cabe destacar o trabalho desenvolvido pelo Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Agricultura que, mediante convênio, garante a proteção mercado do DF de pragas e doenças. A aproximação da SFA/DF com o Poder Legislativo e outros organismos públicos tem propiciado importantes ações de fomento no agronegócio local. Ainda é certo que o trabalho desenvolvido pelos diversos técnicos da unidade, mais próximos dos produtores rurais, permitiu o estabelecimento de ações conjuntas, o intercâmbio de experiências e a efetiva participação de todos em comissões e comitês voltados para o desenvolvimento agropecuário do DF. O trabalho de divulgação das ações da Superintendência junto aos meios de comunicação, outro estratégico parceiro, tem levado esclarecimento à população.

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal – SFA/DF para o exercício de 2013 foi elaborado de acordo com os normativos estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pela Controladoria Geral da União - CGU, bem como refletiu a realização das atividades meio e finalísticas da unidade, com foco na satisfação dos anseios dos atores sociais do setor agropecuário e da população local, estando o mesmo estruturado nos termos do Roteiro previamente estabelecido pelos órgãos de controle, nos termos da DN TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle, em especial, a Portaria CGU nº133/2013.

Na metodologia e roteiro definido legalmente para esta modalidade de natureza jurídica da UJ, não se aplicam a nossa natureza jurídica ou deixam de serem preenchidos em razão de definição legal ou da sua não ocorrência os seguintes itens:

PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO:

2.2.1 Programa Temático

2.2.2 Objetivo

3.1 Estrutura de governança

3.3 Remuneração paga a administradores

Obs.: Os itens de 2.2.1, 2.2.2, 3.1 e 3.3 deixam de ser preenchidos por se referirem a programas temáticos de responsabilidade dos órgãos centrais do MAPA, cabendo as unidades descentralizadas a execução de ações.

4.1.1 Programação

4.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários-Total

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Obs.: Os itens 4.1.1, 4.1.3.1, 4.1.3.2, 4.1.3.3, 4.1.3.4 deixam de ser preenchidos em razão em da SFA/DF não ser Unidade Orçamentária (UO), portanto, não tendo recursos orçamentários a ela destinados originariamente.

4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta tipo “B”

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

9.3 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

O presente instrumento destaca as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas durante o exercício de 2013. É, portanto, através dele que se pode aferir se os objetivos e metas foram alcançados.

Em relação ao plano operacional, o Mapa desenvolveu no biênio 2012/2013 e implantou no final de 2013, o módulo informatizado de programação do Plano Operativo Anual (POA), parte do Sistema de Gestão Integrada (SGI), que trata do planejamento operacional físico-orçamentário detalhado das ações e planos orçamentários de todas as Unidades do Mapa, baseado nos valores contidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2014. Espera-se desenvolver o módulo de execução/monitoramento do POA ainda em 2014, para proporcionar aos gestores o acompanhamento mais efetivo do que foi programado em relação ao executado, para o exercício.

A experiência acumulada, técnica e humana, permitiu direcionar de maneira eficaz os programas específicos com vistas à melhoria progressiva do atendimento ao cidadão usuário, à garantia da segurança alimentar da população, à reestruturação dos processos de trabalho e ao aprimoramento das parcerias e relacionamentos com os mais diversos segmentos sociais em 2013.

O exercício de 2013 foi considerado muito produtivo pelo corpo técnico e administrativo da unidade, apesar das dificuldades enfrentadas em temas institucionais, tais como a política de RH e a disponibilidade de recursos orçamentário e financeiros.

Por mais um ano, ressaltou-se, não ocorreram doenças em animais em trânsito pelo DF.

A grande dificuldade encontrada para a correta gestão da unidade ainda diz respeito ao componente humano, seja pela carência destes, seja pelas dificuldades de capacitação dos mesmos, em especial, nos temas ligados a gestão, uma vez que, ainda que não haja estudos promovidos pelo órgão central sobre a força de trabalho, a SFA-DF tem solicitado, pelo menos, a reposição daqueles que deixam a unidade. E, frize-se, muitos deixam a SFA/DF, em virtude de convites da sede, que leva os melhores quadros da unidade, transformando-nos em fornecedores de mão-de-obra qualificada e bem qualificada. Ademais, continuamos os esforços para implementar mais conceitos da gestão estratégica, aperfeiçoando os canais de comunicação e participação da sociedade local, ainda que soluções de continuidade estejam presentes no cotidiano das repartições públicas. Por fim, nunca é demais reafirmar a escassez de recursos orçamentários, vez que, sabedores das limitações impostas pela União, os valores alocados não apenas não aumentam, mas diminuem num cenário de reajustes, por exemplo, de tarifas públicas. Vale ressaltar que os recursos de 2013 superaram os de 2012, mas não proporcionalmente ao incremento das despesas.

Vale lembrar que o DF, sob o acompanhamento da SFA/DF, é referência em vários temas ligados ao Agronegócio, em especial, os pungentes números da produção avícola e o fato de sermos área livre de aftosa desde 1993, por meio da presença constante em estabelecimentos fiscalizados e inspecionados e de reuniões com os segmentos produtivos no DF.

Por fim, ressaltou-se a realização, em OUT/2013, de um grande evento: FAPECI: Fórum Agropecuário Integrado – Soluções para o DF, com uma grande participação dos diversos segmentos ligados à agropecuária da região.

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da Unidade

Uma vez definidas as linhas mestras de atuação do MAPA, por meio do PPA, que define os programas a desenvolver, a SFA/DF, por definição regimental, atua como braço executivo das políticas públicas definidas pelas instâncias superiores. A atuação estratégica está alinhada com o desenvolvimento sustentável e o aumento da competitividade do Agronegócio, sempre com foco na satisfação da sociedade.

Sob a coordenação das unidades centrais do MAPA, a SFA-DF teve durante o ano de 2013 o gerenciamento dos seguintes programas, constantes no PPA 2012/2015, e respectivas ações:

- Programa: 2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 - Ação 2000 - Administração da Unidade
 - 000A Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

- Programa 2028 - Defesa Agropecuária
 - Ação 20ZW Promoção da Defesa Agropecuária
 - 0005 Erradicação Da Mosca Da Carambola.
 - 0006 Prevenção, Controle E Erradicação De Pragas Dos Vegetais
 - 0009 - Erradicação Da Febre Aftosa
 - 000f - Prevenção, Controle E Erradicação De Doenças Dos Animais

 - Ação 20ZX Fiscalização de Atividades Agropecuárias
 - 000J Vigilância E Fiscalização Do Trânsito Interestadual De Vegetais, Seus Produtos E Insumos
 - 000D Fiscalização Das Atividades Com Organismos Geneticamente Modificados
 - 000H Inspeção, Fiscalização De Produtos De Origem Vegetal
 - 000A Fiscalização De Fertilizantes, Corretivos E Inoculantes
 - 000C Fiscalização De Agrotóxicos E Afins
 - 000B Fiscalização De Sementes E Mudas
 - 000E Padronização, Classificação, Fiscalização E Inspeção De Produtos Vegetais
 - 0008 - Fiscalização De Insumos Destinados À Alimentação Animal
 - 0009 – Fiscalização De Produtos De Uso Veterinário

0006 Fiscalização De Material Genético Animal

000G Inspeção E Fiscalização Dos Produtos De Origem Animal

000K Vigilância E Fiscalização Do Trânsito Internacional Agropecuário, Seus Produtos E Insumos

- Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização
 - Ação 8606 Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica-Pró-Orgânico.

0003 Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.

As realizações da SFA/DF, além de já relatado na Introdução, com os respectivos sucessos e dificuldades enfrentadas serão mais bem relatadas no próximo item.

A SFA/DF, em respeito às suas competências institucionais e na persecução de seus objetivos estratégicos, atua em consonância com as limitações de recursos impostas. O plano de ação, oriundo de determinações dos órgãos centrais do MAPA, é compartilhado e revisado permanentemente, a fim de maximizar os resultados.

Nesse sentido, optamos por focar a atuação em grandes grupos temáticos. Sob o aspecto técnico, privilegiou-se a garantia da inocuidade e da qualidade dos alimentos, assim, foram intensificadas as ações de inspeção e defesa agropecuária, sempre visando a segurança alimentar dos consumidores. Do ponto de vista das práticas administrativas, temos investido na reformulação de processos de trabalho e sistemas e na capacitação de pessoas.

No campo das relações institucionais, além de estimular a capacitação e a participação dos segmentos produtivos, por meio de seminários, encontros e reuniões de trabalho, temos viabilizado a realização de convênios, bem como temos aperfeiçoado a coordenação das ações da SFA/DF com os outros entes federados, a saber, o Governo do Distrito Federal e os Municípios do Entorno. Vale ressaltar as ações de fomento ao desenvolvimento de Sistemas de Produção Agropecuária Sustentável (PLANO ABC).

Subordinada ao PLANO ESTRATÉGICO do MAPA, a SFA/DF, dentro das perspectivas estabelecidas de atuação, a saber, Sociedade, Agronegócio e Parceiros, Processos Internos e Pessoas, Aprendizado e Crescimento, elegeu campos prioritários para o desempenho das suas atividades.

Na perspectiva Sociedade, os focos estratégicos do exercício foram: dar continuidade às ações de garantia da Segurança Alimentar da população local e nacional, por meio de campanhas de sensibilização e conscientização do consumo de alimentos seguros, aliada a ações de inspeção e fiscalização de produtos agropecuários; impedir a entrada e saída de pragas e doenças no DF; e combater fraudes e adulterações. Por fim, garantir uma maior participação e colaboração da unidade com os diversos agentes sociais do agronegócio e do mercado consumidor, Basta verificar os indicadores apresentados adiante para constatar como melhoraram as práticas de fiscalização, defesa e inspeção, com a consequente redução da ocorrência de fraudes, bem como o reforço da valorização da imagem institucional da Superintendência.

No que concerne ao fomento do Agronegócio e ao estabelecimento de relações institucionais saudáveis, concentramos esforços na instituição de grupos e comissões multidisciplinares e com ampla representação dos diversos segmentos produtivos e sociais, promovendo, dessa forma, participação, formulação de políticas públicas e desenvolvimento da Agropecuária nacional, de forma sustentável. Exemplo concreto de tal postura é a realização de inúmeras atividades coletivas, como, por exemplo, a realização de visitas de campos e a participação da unidade, com o papel de coordenação de STAND, da AGROBRASÍLIA. A grande realização nessa perspectiva, e que

perspassa as demais perspectivas, foi a realização do FAPECI, na Granja do Torto, evento que mobilizou a sociedade agropecuária do DF e Entorno, contando com mais de 200 participantes, evento organizado e coordenado pela SFA/DF, com a presença do Senhor Ministro, Secretários, Presidentes de Estatais, autoridades do GDF e mais uma infinidade de participantes. No FAPECI, a SFA/DF apresentou as soluções e recursos disponibilizados pelo Governo Federal para o público presente e estes tiveram a oportunidade de expor suas necessidades e sugestões de melhoria dos serviços públicos, enfim, uma grande celebração da Agropecuária local.

Os processos internos, além de alinhados e determinados pela Administração superior, são desenhados e redesenhados de modo a garantir o alcance das políticas públicas definidas no PPA e no caminhar das demandas apresentadas pela sociedade. Busca-se, ainda, estimular a agregação de valor na produção agropecuária, por meio do desenvolvimento de projetos tecnológicos voltados para o agronegócio. Nesse sentido, aumentou-se a interlocução com os órgãos centrais da sede do MAPA, por meio de reuniões de avaliação do andamento dos trabalhos, com foco em realimentar o planejamento que vem das secretarias nacionais.

Podemos destacar ainda no campo da excelência administrativa a contínua melhora da infraestrutura e dos processos de trabalhos, bem como na utilização de recursos tecnológicos, tais como, videoconferências para reuniões de trabalho e capacitação e a incorporação de novos sistemas governamentais, como o SIAFI GERENCIAL.

Na perspectiva de aprendizado e crescimento, de relevo, caminhamos na consolidação do SISAD, sobre avaliação de desempenho.

Ademais, a SFA/DF, ainda que conte com planejamento estratégico mais centralizado, está atenta às necessidades de correção de rota, reagindo tempestivamente.

Mesmo com as dificuldades orçamentárias impostas e a eterna carência de recursos humanos, conforme explicitado em parágrafo anterior, e de capacitação destes, a unidade atingiu suas metas e, em alguns casos, superou-as.

Se é certo que as deficiências de pessoal e orçamentárias são impostas, o desempenho da SFA/DF tem superado as metas definidas, resultado decorrente de prévio planejamento e alta capacidade de adaptabilidade.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1 Programa Temático

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.2.2 Objetivo

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.2.3 Ações

Contextualização

Programa: 2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Compete à unidade, programar, desenvolver, orientar, coordenar, promover, executar e acompanhar as atividades gerais da SFA/DF.

Principal ação do Programa

2000 - Administração da Unidade

Visa dar o suporte administrativo e operacional da unidade

Informação da Ação

2.2.3.1 Ações – OFSS

2.2.3.1.1 Ação: 2000/000A Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS – 2000/000A OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS

Identificação da Ação						
Código	2000 Tipo: Administração da Unidade					
Título	000A Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas					
Iniciativa	-					
Objetivo	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Código: 2105					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
485.300,00						
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Atendimento dos custos dos serviços administrativos da UJ			1	1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

O exercício de 2012 apresentou um pequeno incremento nos recursos destinados a unidade, de aproximadamente 6,5%, muito embora despesas fixas, tais como, água, luz, telefone, conservação, limpeza e outras tantas, tenham sido reajustadas em percentuais maiores. Ainda sim, conseguimos fechar o exercício, ao custo de mais redução de despesas e cortes de investimentos.

- **Fatores intervenientes:**

O pagamento de despesas, eventualmente, foi prejudicado em razão de atrasos na liberação de recursos por parte da unidade central do MAPA. Outra prática comum é a liberação de recursos para investimentos no final do exercício, impossibilitando a realização de processos licitatórios em tempo hábil.

- **Restos a pagar:**

O reduzido valor inscrito em restos a pagar não processados não impactou negativamente a execução do programa.

Informações sobre outros resultados da gestão

Não ocorreu no período.

Contextualização

Programa: 2028 - Defesa Agropecuária

A ação da defesa agropecuária brasileira atuando na prevenção, no controle e na erradicação de pragas e doenças é que garante a posição do Brasil de grande fornecedor de alimentos para o mercado mundial.

No caso da produção e do comércio de carnes bovinas, suínas e de aves, os maiores riscos referem-se a doenças como a febre aftosa, a peste suína clássica, a brucelose, a tuberculose, a encefalopatia

espongiforme bovina (vaca louca), a gripe aviária e a doença de Newcastle das aves. Destaca-se o progresso significativo alcançado na erradicação da febre aftosa, sem dúvida alguma o maior fator sanitário limitante ao livre comércio das carnes bovina e suína in natura. Neste momento a febre aftosa encontra-se totalmente erradicada em dezesseis Unidades da Federação.

No caso de alimentos de origem vegetal, como o açúcar, café e dos sucos os riscos são de danos a produção por ocorrência de pragas como o “greening”, cancro cítrico, mosca das frutas, ferrugem, broca no café e broca da cana, entre outras.

No âmbito da cadeia de insumos agropecuários são executadas as atividades de fiscalização e registro de produtos de uso veterinário, de agrotóxicos e afins, de material genético animal, de sementes e mudas, de produtos para alimentação animal, dos fertilizantes e afins e das atividades com organismos geneticamente modificados, visam garantir níveis de segurança e qualidade em consonância com as normas nacionais e internacionais.

Embora tenham sido fortalecidos os programas de controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais, bem como os programas de controle e rastreabilidade dos produtos e insumos agropecuários em todos os segmentos da cadeia produtiva, é necessário ampliar as atividades de fiscalização, pois essas não possuem abrangência e penetração suficientes em todo o território nacional para garantir um nível de qualidade uniforme dos produtos agropecuários.

Nesse sentido, o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) continua sendo a opção de reforço para ampliar a abrangência da defesa agropecuária em todo o território nacional no âmbito dos estados e municípios. O SUASA foi instituído pelo poder público com o objetivo de coordenar as atividades de sanidade agropecuária nas três instâncias: federal, estadual e municipal, em articulação com a iniciativa privada.

Dados Gerais

Objetivo:

0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

Iniciativas:

- 04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária
- 04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuária

Ação:

- 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias
- 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária

2.2.3.1.2 Ação: 20ZW/0005 - Erradicação da Mosca da Carambola (PI ERRADMOSCA)

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS - 20ZW/0005 ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA

Identificação da Ação						
Código	20ZW Tipo: Promoção da Defesa Agropecuária					
Título	0005 Erradicação da Mosca da Carambola					
Iniciativa	04BQ Promoção da Defesa Agropecuária					
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366					
Programa	Código: 2028 Tipo: Defesa Agropecuária					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 2000	R\$ 2000	R\$ 1416,00	R\$ 1416,00	R\$ 1416,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Controle e manutenção de área livre da mosca da carambola		Área controlada (ha)		580.193 ha	580.193 ha	580.193 ha
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Monitorar controle de entrada da mosca da carambola no DF
Indicador	Área livre
Descrição	Manter DF como área livre via monitoramento com utilização de armadilhas para controle de entrada da mosca da carambola
Tipo	Atividade de monitoramento
Fórmula de Cálculo	Área controlada (ha)
Método de aferição	Leitura de dados referentes ao monitoramento realizado mensalmente
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	SIFISV/SFA-DF
Resultado do Indicador em 2013	100%

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

Embora o Distrito Federal (580.193 ha) seja área livre da mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*) e ser zona de baixo risco, realizou-se monitoramento dessa praga a partir da colocação e manutenção de armadilhas em locais no DF, ou seja, realizou-se controle preventivo, conforme programação prevista. O recurso financeiro disponibilizado foi utilizado para compra de combustível e manutenção de veículo com o objetivo de atender a demanda de saídas para a realização de monitoramento.

- **Fatores intervenientes:**

Os resultados alcançados atingiu a meta conforme programado e não foram verificados problemas com a realização das atividades, apesar de não ter havido capacitação (curso) em controle da mosca da carambola.

- **Restos a pagar:**

Não ocorreu no período.

Informações sobre outros resultados da gestão

Não ocorreu no período.

2.2.3.1.3 Ação: 20WZ/0006 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais (PCEVEGETAL)

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS - 20ZW/0006 PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS

Identificação da Ação	
Código	20ZW Promoção da Defesa Agropecuária
Título	0006 Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
Iniciativa	04BQ Promoção da Defesa Agropecuária
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366
Programa	Defesa Agropecuária Cód.: 2028

Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 75303,88	R\$ 916,00	R\$ 828,00	R\$ 828,00	R\$ 828,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais			Área controlada (ha)	55384 ha	55384 ha	73384 ha
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Realizar controle de pragas de importância econômica em áreas do DF
Indicador	Área controlada
Descrição	Medição de eficiência no controle de presença/ausência de pragas no DF
Tipo	Controle de área livre
Fórmula de Cálculo	Soma de área de produção controlada para diferentes pragas
Método de aferição	Área controlada (com base em análises de amostras coletadas em áreas fiscalizadas)
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	SFA-DF/ SEAGRI-DF
Resultado do Indicador em 2013	130%

Análise Situacional

- Execução das metas:**

O recurso financeiro do convênio celebrado entre o MAPA e a SEAGRI-DF em 2012 foi disponibilizado para utilização por parte do conveniente em 2013. O SIFISV/SFA-DF realizou acompanhamento e supervisão das ações realizadas pela Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI-DF), com o objetivo de monitorar e controlar a entrada de pragas nessa UF. Todas as atividades programadas foram realizadas conforme programação para controle de doenças ausentes no DF: Prevenção e Controle de

pragas de citros (286 ha), Prevenção e Controle de Moko da Bananeira e Sigatoka Negra em bananeira e helicônia (50 ha), Prevenção e Controle de Cancro Bacteriano da Videira (48 ha) e estabelecimento dos Vazios Sanitários da soja (55.000 ha) e do feijoeiro (18.000 ha). A meta foi reprogramada devido ao estabelecimento do Vazio Sanitário do Feijoeiro ter sido programado ao longo do ano, devido à emergência fitossanitária.

- **Fatores intervenientes:**

Não foram verificados problemas referentes à execução das ações em questão. Apesar disso, o recurso programado para convênio não foi disponibilizado, pois o valor referente a 2012 foi utilizado pelo convenente em 2013 e os valores correspondentes aos anos subsequentes não foram disponibilizadas devido à redução de recurso destinado a convênios, conforme Ofício Circular SDA/MAPA 004/2013. Também devido à contenção de gastos não houve realização de encontro nacional técnico, ou seja, não foi disponibilizado recurso conforme programação inicial para este fim.

- **Restos a pagar:**

Não ocorreu no período.

Informações sobre outros resultados da gestão

Não ocorreu no período.

2.2.3.1.4 Ação: 20ZX/000J - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (PI VIGIFITO)

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS - 20ZX/000J VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS

Identificação da Ação	
Código	20ZX Tipo: Fiscalização de Atividades Agropecuárias
Título	000J Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos
Iniciativa	04D4 Fiscalização das Atividades Agropecuárias
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366

Programa	Código: 2028 Tipo: Defesa Agropecuária					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 54480,02	R\$ 2163,25	R\$ 832	R\$ 832	R\$ 832	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Fiscalizações para controle de trânsito interestadual de vegetais		Fiscalização/supervisão		102	94	118
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, provenientes de outros estados e/ou países
Indicador	Quantidade de fiscalizações/supervisões realizadas
Descrição	Ações visando controle de trânsito de vegetais e suas partes
Tipo	
Fórmula de Cálculo	Número de fiscalizações e supervisões realizadas / Número de fiscalizações e supervisões programadas
Método de aferição	Fiscalizações/supervisões realizadas
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	SIFISV/SFA-DF
Resultado do Indicador em 2013	125%

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

Com o intuito de realizar controle de trânsito de produtos vegetais, o SIFISV/SFA-DF realizou fiscalizações em estações quarentenárias de materiais de pesquisa em quarentena (96 fiscalizações), realizou supervisões nos Postos Fixos de Fiscalização do Órgão Estadual de Defesa de Sanidade Vegetal – OEDSV (22 supervisões) e realizou análises/encaminhamentos de solicitações de importação e exportação de materiais vegetais.

Considerando as atividades referentes ao convênio celebrado em 2012 entre MAPA e SEAGRI-DF, o recurso financeiro foi disponibilizado para utilização em 2013. O SIFISV/SFA-DF acompanhou o controle de trânsito realizado pelo OEDSV (média aproximada de 2660 fiscalizações/documentos emitidos referentes ao controle de trânsito vegetal) que tem como objetivo impedir a entrada ou a disseminação de pragas de vegetais no Distrito Federal.

- **Fatores intervenientes:**

Não foram verificados problemas referentes à execução das ações em questão. Porém, o recurso programado para convênio não foi disponibilizado, pois o valor referente a 2012 foi utilizado pelo convenente em 2013 e os valores correspondentes aos anos subsequentes não foram disponibilizadas devido à redução de recurso destinado a convênios, conforme Ofício Circular SDA/MAPA 004/2013.

- **Restos a pagar:**

Não ocorreu no período.

Informações sobre outros resultados da gestão

Não ocorreu no período.

2.2.3.1.5 Ação: 20ZX/000D – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (PI FISCORGEN)

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS - 20ZX/000D FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

Identificação da Ação	
Código	20ZX Tipo: Fiscalização das Atividades Agropecuárias
Título	000D Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
Iniciativa	04D4 Fiscalização das Atividades Agropecuárias
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366
Programa	Código: 2028 Tipo: Defesa Agropecuária
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013	
Execução Orçamentária e Financeira	

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 16.700,00	R\$ 71629,00	R\$ 56848,00	R\$ 56848,00	R\$ 1480	-	R\$ 55368,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Fiscalização de atividades com Organismos Geneticamente Modificados			Fiscalização realizada	28	28	24
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Realizar fiscalizações envolvendo OGM de forma a atender determinações da CTNBio
Indicador	Fiscalização realizada
Descrição	Atendimento das determinações da CTNBio
Tipo	Fiscalização
Fórmula de Cálculo	Quantidade de fiscalizações realizadas/Quantidade de fiscalizações programadas
Método de aferição	Fiscalização realizada
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	SIFISV/SFA-DF
Resultado do Indicador em 2013	85%

Análise Situacional

- Execução das metas:**

As fiscalizações em questão se referem ao atendimento das determinações da CTNBio (fiscalizações de experimentos envolvendo OGM e verificação do cumprimento da Resolução Normativa CTNBio nº 04/2007). Foram programadas 28 fiscalizações envolvendo OGM para o ano de 2013. Apesar da meta não ter sido alcançada em 100%, a disponibilização de recurso superou o valor inicialmente programado (recurso disponibilizado para compra de veículo), melhorando a estrutura necessária para a realização das atividades a serem desenvolvidas.

- Fatores intervenientes:**

Realizou-se 85% da meta programada para 2013. Considerando que a demanda de fiscalizações para experimentos envolvendo OGM é indeterminada e considerando ainda que o Serviço em questão necessita de aumento da equipe técnica para que haja melhor eficiência e eficácia quanto à realização das atividades, a meta não foi alcançada em sua totalidade. O valor pago é referente às despesas com combustível e manutenção de veículo.

- **Restos a pagar:**

Os valores referentes a este item foram disponibilizados para compra de veículo e de materiais tais como notebook, impressora portátil e máquina fotográfica. Considerando que os procedimentos de compra não puderam ser realizados em sua totalidade em 2013, o recurso em questão gerou valores em restos a pagar.

Informações sobre outros resultados da gestão

Bens adquiridos com recursos previamente programados (notebook, impressora portátil e máquina fotográfica) ou posteriormente obtidos (veículo) serão utilizados em atividades a serem realizadas em 2014.

2.2.3.1.6 Ação: 20ZX/000H – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (PI = IPVEGETAL2)

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS - 20ZX/000H INSPEÇÃO, FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL.

Identificação da Ação						
Código	20ZX		Tipo: Fiscalização das Atividades Agropecuárias			
Título	000H Inspeção, Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.					
Iniciativa	04D4 Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
Objetivo	Reestruturar, Implementar e Coordenar o Sistema SUASA Código:0366					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028			
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.069,50	4.069,50	3.963,40	3963,40	3.563,40	-	400,00

Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
Termos de Inspeção – TI lavrados com Lista de Verificação - LV		Und.	16	14	12
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Medir a variação da conformidade dos estabelecimentos e produtos em relação , atuação da fiscalização sobre ambos.
Indicador	2536 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal / Unidade de Medida: número índice.
Descrição	Mede de forma ponderada a conformidade dos processos de garantia da qualidade e inocuidade de bebidas.
Tipo	Índice de Conformidade
Fórmula de Cálculo	$IV = \text{Índice de conformidade de produtos de origem vegetal} = ((0,5 * (0,7 * (\text{Inspeções Conforme} / \text{Inspeções realizadas} - \text{vinhos e bebidas}) + 0,3 * (\text{produtos conforme} / \text{produtos analisados} - \text{vinhos e bebidas})))$
Método de aferição	Listas de Verificação, Termos de Colheita de Amostras e COAF
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	SIFISV/DDA/SFA-DF
Resultado do Indicador em 2013	Valores das Variáveis: LVC = 12, LVA = 14, AC = 17, PA = 18 $ICV = (0,7 \times 0,86) + (0,3 \times 0,94) = 0,88$

Análise Situacional

- Execução das metas:**

A meta para 2013 foi reduzida em relação a de 2012 pelo fato de que a aplicação de Lista de Verificação, normalmente, tende a diminuir na medida em que o índice de conformidade dos estabelecimentos se aproxima do máximo, pois, quando isso acontece, perde o sentido rodar LVs, bastando inspeções localizadas e focadas, buscando a sintonia fina e aperfeiçoamentos das instalações. O Índice de Conformidade foi atingido em 2013, ficando em 0,88, quando a meta prevista era de 0,80. Isso se deu em virtude, primeiramente, do estudo feito no perfil do planejamento, quando passamos a adotar critérios de avaliação de risco para cada estabelecimento e para cada produto. Com isso focamos as coletas de amostras em produtos mais problemáticos o que levou os estabelecimentos a adequarem suas formulações às normas legais. Como a fiscalização no DF independe de recursos maiores, como diárias e deslocamentos, a execução financeira se deu dentro do programado.

- Fatores intervenientes:**

A transferência do único Fiscal Federal Agropecuário para a CGQV/DIPOV/SDA/MAPA foi o motivo único do não cumprimento total da meta prevista.

- **Restos a pagar:**

Resto a pagar não processadas para pagamento de despesas de combustível

Informações sobre outros resultados da gestão

Desempenhamos satisfatoriamente nas ações de importação de bebidas, inspeções sem uso de Lista de Verificação, Laudos de Vistoria e relatoria de processos.

2.2.3.1.7 Ação: 20ZX/000A - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (PI=FISFECOI)

A importância da fiscalização de fertilizantes é salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos fertilizantes colocados à disposição dos produtores.

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS - 20ZX/000A FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES

Identificação da Ação						
Código	20ZX Tipo: Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
Título	000A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes					
Iniciativa	04D4 Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366					
Programa	Código: 2028 Tipo: Defesa Agropecuária					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.064,00	12.064,00	12.064,00	11.308,90	11.308,90	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalização Realizada		Unidade	84	-	76	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de	Realizada

1/1/2013				medida	
-	-	-	-	-	-

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Verificar se os fertilizantes produzidos estão de acordo com as garantias fornecidas pelo fabricante.
Indicador	366 - Taxa de Conformidade de Fertilizantes Agrícolas / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	Relação percentual entre o número de determinações analíticas de fertilizantes agrícolas dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de fertilizantes executadas no ano de 2013.
Tipo	Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de Determinações Analíticas de Fertilizantes Agrícolas}}{\text{Número Total de Determinações Analíticas de Fertilizantes Executadas}} \times 100$
Método de aferição	Certificados de Análise Fiscal
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Inspeção, Sanidade e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-DF.
Resultado do Indicador em 2013	60 %

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

Após a produção de fertilizantes pelas empresas produtoras, os fertilizantes são colocados em sacarias com identificação ou são armazenados a granel. Estas sacarias são separadas em lotes conforme, categoria e tamanho. Neste momento, os Fiscais Federais Agropecuários coletam amostras, e estas enviadas ao Laboratório Oficial de Análise localizado em Goiânia-GO ou São Paulo, dependendo do tipo de produto coletado. Após análise, o laboratório emite os Certificados de Análise Fiscal. Estes boletins são enviados para o Serviço de Fiscalização Vegetal que os analisa e os resultados obtidos são confrontados com os valores declarados pelo fabricante atestando ou não a conformidade dos padrões de qualidade do fertilizante produzido.

Para os resultados atestados fora dos padrões é emitido um Auto de Infração e aberto processo administrativo para apurar as irregularidades na produção e eventual aplicação de medidas cautelares de apreensão de produtos, retirando-os do comércio por estarem em desacordo com as garantias declaradas.

Escolheu-se usar como indicador a relação percentual entre o número de determinações analíticas de fertilizantes agrícolas dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de fertilizantes executadas, pois a qualidade dos insumos agrícolas tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Vale dizer que o resultado de 60% a seguir, demonstra que a qualidade do **fertilizante mineral sólido** produzido e comercializado no DF está abaixo da média nacional, que é de 80% de

conformidade. Foi calculada ainda a conformidade do corretivo de acidez, que para o ano de 2013, foi de 100%

O de Ação Nacional – CAN e o Coordenador de Ação Estadual – CAE previram ao todo 84 fiscalizações no cronograma físico para esta ação. Foram realizadas, ao todo 76 fiscalizações, ou seja, 90,47% do total. A quantidade de fiscalizações justificam-se em razão o universo de ação do Distrito Federal [número de Empresas - EP e Estabelecimentos Comerciais – EC]. O DF fechou o ano de 2013, com 5 Estabelecimentos Produtores, 47 Estabelecimentos Comerciais e 2 Estabelecimentos Importadores registrados. Além desses, temos a Empresa de Serviço de Limpeza Urbana – SLU, que comercializa material secundário denominado Composto de Lixo Urbano, [oriundo do tratamento do lixo doméstico recolhido no DF] – mediante a autorização CFIC nº 016/2010. Tal estabelecimento produziu, em média, o total de 12.000tn de composto de lixo urbano em 2013.

No tocante aos Estabelecimentos Comerciais, a fiscalização se concentrou nos Estabelecimentos que atuam na venda/armazenamento de volumes mais significativos, para que a abrangência do universo de trabalho desse segmento fosse mais representativa. Assim, deu-se prioridade à fiscalização nos cinco Estabelecimentos Produtores retrocitados, os quais foram 100% fiscalizados, e fiscalizamos também, os Estabelecimentos Comerciais que vendem maiores volumes de fertilizantes com o objetivo de realizarem a renovação de seu registro junto ao MAPA. Em 2013, 05 novos Estabelecimentos Comerciais foram registrados.

Nas fiscalizações realizadas nos estabelecimentos, sejam produtores ou comerciais, é realizada amostragem dos fertilizantes para fins de análise fiscais. Em 2013 foram feitas 36 amostragens, representando um volume de 3.184,27tn de fertilizantes sólidos e 14.225l de fertilizantes líquidos, sendo todas as amostras analisadas em laboratório do MAPA. Quase todos os resultados das amostras realizadas em 2013, foram recebidos até o presente momento. Deste total, 14 encontram-se fora das garantias declaradas pelo fabricante. O nível de conformidade obtido foi de 53,84% para fertilizante mineral misto, de 75,0% para o fertilizante líquido e 100% para corretivos de acidez.

Em relação ao emprego de recursos financeiros para execução das atividades supracitadas, os principais custos são com os materiais empregados na coleta de amostras, manutenção de veículo e combustível. Devido à pequena extensão territorial do Distrito Federal, não há necessidade de gastos com diárias e passagens para o deslocamento de servidor para proceder a fiscalização.

Principais Atividades Desenvolvidas	Programadas	Executadas
Estabelecimentos fiscalizados	84	76
Estabelecimentos registrados em 2013	-	05
Coleta de amostra	39	39
Auto de infração	-	25
Produto apreendido	-	04
Multas aplicadas	-	22*
Multas recolhidas	-	R\$ 85.018,42

* 22 multas aplicadas referentes a processos administrativos em andamento no final do ano de 2012 e processos em andamento de 2013.

- **Fatores intervenientes:**

A execução financeira em 2013 foi baixa no primeiro semestre devido a grande contenção de recursos, além da não-descentralização tempestiva dos recursos previstos na categoria investimentos [aquisição de equipamentos e materiais permanentes, que para o ano de 2013, foram:

3 caladores para fertilizantes e 1 câmera digital], o que aconteceu somente no mês de dezembro de 2013 com a aquisição dos mesmos.

- **Restos a pagar:**

Não ocorreu no período.

Informações sobre outros resultados da gestão

Não ocorreu no período.

2.2.3.1.8 Ação: 20ZX/000C -Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (PI=FISAGROTOX)

A importância da fiscalização é de assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS - 20ZX/000C FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS

Identificação da Ação						
Código	20ZX Tipo: Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
Título	000C Fiscalização de Agrotóxicos e Afins					
Iniciativa	04D4 Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366					
Programa	Código: 2028 Tipo: Defesa Agropecuária					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
36.000,00	36.000,00	15.709,50	15.709,50	15.709,50	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Fiscalização Realizada		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			2	-	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	Fiscalização Realizada	Unidade	1	

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Verificar se os Defensivos produzidos estão de acordo com as garantias fornecidas pelo fabricante.
Indicador	Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas
Descrição	Relação percentual entre o número de determinações analíticas de defensivos agrícolas dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de defensivos executados no ano.
Tipo	Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de Determinações Analíticas de Defensivos Padrões} \times 100}{\text{Número Total de Determinações Analíticas de Defensivos Executadas}}$
Método de aferição	Certificados de Laboratório
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Inspeção, Sanidade e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-DF
Resultado do Indicador em 2013	*

*Sem haver empresa produtora no DF, logo não houve atividade que impactasse o referido indicador de conformidade dos Defensivos Agrícolas, visto que não houve coleta/aferição de qualidade de agrotóxicos.

Análise Situacional

A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).

- **Execução das metas:**

Para o ano de 2013 o Coordenador de Ação Nacional – CAN e o Coordenador de Ação Estadual – CAE previram 2 ações efetivas para a realização de atividades, dada a presença de tão somente 1 estabelecimento alvo da fiscalização, vide Portaria N° 1 de 03 de fevereiro de 2011, publicada na página N° 6, da seção 1 do DOU N° 25 de 04 de fevereiro de 2011, que credencia a primeira Estação Experimental para pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos e afins no DF, objetivando a emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agrônômica, de fitotoxicidade e de resíduos para fins de registro.

Para tanto, o Serviço de Inspeção, Sanidade e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-DF, por meio do Fiscal Federal Agropecuário responsável pelo PI FISAGROTOX programou a execução de 2 fiscalizações obrigatórias, respectivamente para os meses de abril e outubro de 2013.

Somente 1 fiscalização técnica foi realizada a contento, conforme coluna realizado, visto que o estabelecimento fiscalizado não apresenta condução de pesquisas desde seu credenciamento.

Cabe ressaltar a Participação em Força Tarefa no Estado de São Paulo. Realizada fiscalização de 2 estabelecimentos produtores de Agrotóxicos durante a operação conjunta. FFA Davi Souza da SFA/SP coordenou as atividades. Foram lavrados os seguintes documentos fiscais: TF 20, 21 e 22/3543/SP/2013, AI 10, 11 e 12/3543/SP/2013, TF 12, 13 e 14/2785/SP/2013 e Notificação 001/2785/SP/2013. FFAs participantes da ação integrada: Afrânio Alves de Jesus (SFA-DF), Davi Carvalho de Souza (SFA-SP), Tiago Alves (SFA-SP) e Francisco Leandro de Paula (SFA-CE).

Participação ainda em ação de fiscalização conjunta com órgãos IBAMA, CREA-MT e INDEA-MT, coordenadas pelo MAPA, todas contabilizadas no âmbito da SFA-MT, na figura do FFA Júlio César de Lima, que detém as informações quali-quantitativas dos resultados e o impacto positivo da retirada de produtos irregulares do comércio e uso no âmbito dos Municípios Lucas do Rio Verde, Sorriso e Nova Mutum, todos em Mato Grosso.

No mês de maio, foi protocolado o Processo 21016.000354/2013-88, contendo documentação de Credenciamento de Estação Experimental de Pesquisa do interessado: CRM ASSESSORIAS S/S LTDA. Realizada fiscalização para fins de emissão de laudo de vistoria obrigatório, conforme IN 36/2009. TIF 23/3543/DF/2013.

No ano de 2013 houve ainda a descentralização de relatorias processuais em 2ª instância sendo o responsável pelo PI FISAGROTOX responsável por tais relatorias, totalizando 3 processos, a saber: 21042.001144/2011-28 em 25 de janeiro de 2013; 21024.000077/2012-23 em 15 de fevereiro de 2013 e 21028.006909/2011-02 em 30 de julho de 2013.

- **Fatores intervenientes:**

No mês de outubro houve a descentralização de recurso na rubrica investimento a qual foi utilizada na aquisição de Notebooks para o serviço de campo. Até o presente momento, 28/01/2014, os notebooks não foram disponibilizados ao serviço. Dos R\$ 36.000,00 liberados houve a execução financeira de R\$ 15.709,50. O restante do valor foi recolhido pelo órgão central. Todos os valores envolvidos na aquisição de passagens aéreas e pagamento de diárias no evento supracitado foram executados pela Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins – CGAA em virtude de ausência de contrato válido para emissão de passagens aéreas nesta SFA-DF.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Na execução financeira, ao longo do ano de 2013, houve a participação no Encontro Técnico Anual – ENFISA – 11º Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos, realizado na cidade de Porto Velho – RO no mês de junho de 2013. Neste Encontro houve a participação do FFA responsável pelo PI e de Servidor da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do DF – SEAGRI-DF, atualmente responsável pela fiscalização do uso e do comércio de agrotóxicos no DF. Houve ainda a participação exclusiva deste servidor da SEAGRI-DF no encontro regional que precede a reunião nacional, que por sua vez aconteceu na cidade de Florianópolis – SC no mês de maio de 2013. No ano de 2013 não houve a Reunião Anual de Insumos Agrícolas – RAIA.

- **Restos a pagar:**

Não ocorreu no período.

Informações sobre outros resultados da gestão

Não ocorreu no período.

2.2.3.1.9 Ação: 20ZX/000B Fiscalização de Sementes e Mudanças (PI= FISCALSEM1)

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS - 20ZX/000B FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

Identificação da Ação						
Código	20ZX Fiscalização de Sementes e Mudanças					
Título	000B Fiscalização de Sementes e Mudanças					
Iniciativa	04D4 Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o SUASA Código:0366					
Programa	2028 Defesa Agropecuária					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.095,00	13.236,28	13.236,28	13.236,28	7786,00	0	5420,28
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalização de Estabelecimentos; Coleta de Amostras; Vistorias de Campo; e, Nº de lotes de sementes com Comercialização Suspensa		Fiscalização Realizada	225	-	64	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Verificar se as sementes e mudas estão de acordo com padrões pré-estabelecidos
Indicador	Fiscalização Realizada
Descrição	Relação percentual entre o número de fiscalizações (Termos de Fiscalização + Termos de coletas de amostras + laudos de vistoria + Número de lotes de sementes suspensos) realizadas, dividido pelo total de fiscalizações previstas.
Tipo	
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de Fiscalizações Realizadas pela SIFISV}}{\text{Número de Fiscalizações Programadas Corrigidas}} \times 100$
Método de aferição	Contagem do indicador Fiscalização Realizada (Termos de Fiscalização + Termos de coletas de amostras + laudos de vistoria + Número de lotes de sementes suspensos)
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Inspeção/ Fiscalização e Sanidade Vegetal/ Divisão de Agropecuária/ Superintendência Federal de Agricultura no DF/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Resultado do Indicador em 2013	28,4%

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

Este ano foi caracterizado por baixa execução nas metas físicas (28,4%), em razão de acúmulo de trabalho de escritório – conclusão de processos administrativos fiscais. Este acúmulo se deu devido à falta de auxiliar administrativo; ausência de Agente de Atividades Agropecuárias para coleta de amostras; e, três primeiros meses do ano sem estagiário de nível superior para trabalhos de registros, inscrições e credenciamentos.

Restou ao único fiscal Federal Agropecuário realizar o que pôde fazer – como já citado, concluir os processos que resultaram na aplicação de multas no valor de R\$ 167.132,46; e recolhimento de R\$ 74.153,67; além de encaminhamento de multas para cobrança executiva pela Procuradoria da Fazenda Nacional no valor de R\$ 43.413,40.

- **Fatores intervenientes:**

Carência de pessoal de apoio à fiscalização: Agente de Atividade Agropecuária e Auxiliar Administrativo.

- **Restos a pagar:**

Material permanente só foi comprado no final do ano. Serviço de execução financeira pertence à Diretoria Administrativa que disponibiliza com mais presteza: combustível, diárias e passagens.

Informações sobre outros resultados da gestão

Não ocorreu no período.

2.2.3.1.10 Ação: 20ZX/000E - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - (PI = PADCLASSIF)

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS - 20ZX /000E PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS.

Identificação da Ação						
Código	20ZX Tipo: Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
Título	000E Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.					
Iniciativa	04D4 Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366					
Programa	Código: 2028 Tipo: Defesa Agropecuária					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
25.000,00	24.214,02	24.214,02	24.214,02	24.214,02	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Coletas de amostras em diversos pontos comerciais, produtores e armazenadores no DF		Unidade	230	200	204	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	Coletas de amostras para análises da qualidade	Unidade	2010: 54 2011: 217 2012: 245	

Indicadores Utilizados

Utilidade	O indicador tem a finalidade de avaliar o grau de conformidade da quantidade de amostras de produtos vegetais para o período estabelecido.
Indicador	Taxa de Conformidade na Produção de Alimentos e Bebidas / Unidade de Medida: percentagem.
Descrição	Depende do número de fiscalizações realizadas e do número de autos de infração lavrados durante o ano.
Tipo	Atividade
Fórmula de Cálculo	$QACa/QACb0) \times 100 = (167/204) \times 100 = 81,8\%$ - QACa = Quantidade de amostras analisadas e classificadas dentro da normalidade. - QCAb = Quantidade de amostras coletadas dos estabelecimentos produtores, embaladores e comerciantes de produtos de origem vegetal.
Método de aferição	Termos de Fiscalização e Autos de Coleta de Amostra para análise laboratorial.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal - SIFISV
Resultado do Indicador em 2013	$179/201 \times 100 = 89,05$

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

Não houve quaisquer eventos que pudessem influenciar significativamente nas atividades normais deste Serviço. Fato que contribuiu para o cumprimento das metas programadas para o período. Embora a Programação Orçamentária apresentada à sede do MAPA, referente ao período 2013, não tenha sido considerada, grande parte dos recursos financeiros solicitados foi disponibilizada.

- **Fatores intervenientes:**

Não houve evidências de eventos que pudessem interferir significativamente no cumprimento do plano de trabalho previsto para o período.

- **Restos a pagar:**

Não ocorreu no período.

Informações sobre outros resultados da gestão

No cumprimento das metas programadas para o período de 2013, este SIFISV/DDA/SFA-DF

coletou 204 (duzentas e quatro) amostras para o Programa Nacional da Qualidade Vegetal – PNQV e 8 (oito) amostras para o Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC.

Foram fiscalizados 67 estabelecimentos comerciais e 04 propriedades rurais produtoras de feijão; emitidos 92 Termos de Fiscalização; lavrados 29 (vinte e nove) Autos de Infração e aplicadas multas num total de R\$ 231.450,00 (Duzentos e Trinta e Um Mil e Quatrocentos e Cinquenta Reais).

Se comparado aos anos anteriores, principalmente 2012, os números indicam considerável melhora da qualidade vegetal, podendo-se inferir que a cadeia produtiva ofereceu aos consumidores do Distrito Federal, em 2013, produtos que melhor atenderam aos padrões estipulados pelo Ministério da Agricultura.

2.2.3.1.11 Ação: 0008 Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal (FISCINAN)

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS - 20ZX/0008 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL

Identificação da Ação						
Código	20ZX Tipo: Defesa Agropecuária					
Título	0008 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal					
Iniciativa	04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
Objetivo	0366 Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.					
Programa	2028 - Defesa Agropecuária					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.000	R\$5.116,20	R\$5.116,20	R\$5.034,00	R\$5.034,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalizar estabelecimento produtor e comercial		UNIDADE	42	44	65	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	--	

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Verificar percentual de atendimento às metas programadas
Indicador	Taxa de Estabelecimentos Fiscalizados / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	Relação entre o número de fiscalizações executadas pelo número de fiscalizações programadas
Tipo	Eficácia
Fórmula de Cálculo	Total de Fiscalizações Executadas sobre o total de Fiscalizações Programadas.
Método de aferição	Termo de Fiscalização
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de saúde, inspeção e fiscalização animal - SIFISA/SFA/DF
Resultado do Indicador em 2013	Considerando apenas o número de empresas fabricantes = 21:14 = 150%

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

O setor de fiscalização de produtos destinados à alimentação animal exerce papel fundamental para o desenvolvimento da pecuária nacional, atuando no registro e na fiscalização dos estabelecimentos fabricantes e no comércio de produtos expostos à venda. Este procedimento é de importância estratégica e contribui efetivamente para que as indústrias estejam em conformidade com as normas legais vigentes. Toda a ação do setor é direcionada para que os produtos disponibilizados aos consumidores estejam conformes. A conformidade dos mesmos significa que foram fabricados com a utilização de ingredientes (matérias primas) adequados e autorizados, de maneira a fornecer os nutrientes necessários ao bom desempenho dos animais e ainda a cumprir com os requisitos de segurança de uso. Outro ponto relevante é a fiscalização do cumprimento das restrições/proibições de uso de insumos por parte das indústrias. Como exemplo o da proibição de uso da cama de aviários e boa parte das proteínas de ruminantes na alimentação de ruminantes. Este procedimento visa a manter o controle da doença da vaca louca e o status do Brasil de livre da doença. Ou ainda, o controle da proibição de alguns aditivos em animais produtores de carne para o consumo humano como: penicilina, tetraciclinas, sulfonamidas sistêmicas, nitrofuranos, cloranfenicol, arsenicais e antimoniais, carbadox, olaquinox, violeta genciana e anabolizantes. Também é relevante mencionar que a legislação vigente já obriga que todos os estabelecimentos fabricantes tenham implementado os procedimentos de boas práticas de fabricação. Procedimento este que contribuiu efetivamente para a melhoria dos controles de qualidade dos produtos expostos à venda. Todo esse esforço visa à melhoria do desempenho na criação dos animais que fornecerão produtos e subprodutos seguros para serem utilizados na alimentação dos brasileiros, bem como para a geração de excedentes exportáveis. Outro ponto relevante da atuação da fiscalização de produtos destinados à alimentação animal é na contribuição para aumentar a conformidade e a segurança de uso dos produtos e consequentemente a saúde dos consumidores brasileiros. O efetivo controle do setor contribui ainda para a manutenção de mercados externos já conquistados e abertura de novos mercados. A fiscalização de produtos destinados à alimentação animal tem como

fundamento o que consta da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974 e o Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007.

- **Fatores intervenientes:**

Ano a ano o Ministério da agricultura passa por cortes significativos de seu orçamento e isso certamente interfere nos resultados alcançados em nível nacional. Muitos estados apresentam uma demanda de ação extremamente superior à sua força de trabalho que são os FFA lotados nos Serviços nos estados. Embora tenhamos sido contemplados com concursos para contratação de FFA nos últimos anos, a intensa situação de aposentadorias, mortes, invalidez, demissões, afastamentos e até cessão para outros órgãos tem resultado em severa falta de FFA necessários para atendimento de todas as suas competências legais. Atrelado à isso vale mencionar ainda a recorrente ação de limitação de recursos de deslocamento e de número de diárias anuais por FFA. Isso carece de ser corrigido urgentemente sob pena de o MAPA ser acionado por ter deixado de dar cumprimento às demandas diárias na execução da Fiscalização. É imprescindível à viabilização de capacitações técnicas dos FFA em suas áreas e também vale ressaltar a importância da realização de reuniões nacionais de nivelamento das ações fiscais, no propósito de uniformizar procedimentos, visto que a legislação é nacional e única para ser aplicada em todo País e não é raro situações onde ocorram tratamentos divergentes para as mesmas demandas. No caso do Distrito Federal como já foi mencionado anteriormente, o problema é bastante específico, pois não temos expressivo número de fabricantes, o DF é uma área administrativa pequena que não demanda emissão de diárias para atendimento de maioria das demandas. Assim temos conseguido cumprir as metas principais.

- **Restos a pagar:**

Não ocorreu no período.

Informações sobre outros resultados da gestão:

No Sistema de Planejamento (SIPLAN) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 2013, foram programadas, para o Distrito Federal a realização de 44 fiscalizações de estabelecimentos fabricantes e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal. Em relação às Metas Financeiras, na prática, existe uma distância efetiva entre as demandas das várias SFA's e os valores orçamentários/financeiros programados e o disponibilizado. No caso da SFA/DF isso nem é tão complicado em razão da pequena área territorial do Distrito Federal, que permite a realização de quase todas as atividades sem a disponibilização de recursos para diárias de deslocamento.

2.2.3.1.12 Ação: 20ZX/0009 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (PI=FISPROVET)

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS - 20ZX/0009 – FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO

Identificação da Ação						
Código	20ZX Tipo: Fiscalização de Atividades Agropecuárias					
Título	0009 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário					
Iniciativa	04D4 Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366					
Programa	Defesa Agropecuária Código: 2028					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.400,00	4.200,00	4.200,00	4.200,00	4.200,00	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Relação entre as fiscalizações previstas e as fiscalizações realizadas		Fiscalização realizada	34	-	26%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	Relação entre as fiscalizações previstas e as fiscalizações realizadas	Fiscalização realizada	70%	

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Verificar percentual de atendimento às metas programadas.
Indicador	Taxa de Estabelecimentos Fiscalizados / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	Relação entre o número de fiscalizações executadas pelo número de fiscalizações programadas.
Tipo	Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Total de Fiscalizações Executadas} \times 100}{\text{Total de Fiscalizações Programadas}}$
Método de aferição	Termo de Fiscalização.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA)
Resultado do Indicador em 2013	26%

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

No Distrito Federal, devido à ausência de estabelecimentos fabricantes, a fiscalização nesta ação restringe-se aos estabelecimentos que manipulam, distribuem e comercializam produtos de uso veterinário.

Conforme previsto no POA 2013, executou-se 26% das metas previstas para esta ação. A reprogramação das metas de 2013 não foi possível de ser executada, pois o SIPLAN (Sistema de Planejamento do MAPA) não estava mais em vigor no ano passado, impossibilitando a correção oficial das metas previstas.

- **Fatores intervenientes:**

Desde 18 de julho de 2013, a Fiscal Federal Agropecuária (FFA) que atuava nesta ação foi nomeada chefe do serviço e, devido à grande demanda do setor de inspeção animal, o cumprimento das atividades correspondentes à referida área foi prejudicado. A delegação das atividades a outro fiscal foi impossibilitada em virtude do deficiente quadro de FFAs lotados no SIFISA/DDA/SFA-DF, os quais já possuíam uma demanda maior da sua capacidade operacional.

- **Restos a pagar:**

Não ocorreu no período.

Informações sobre outros resultados da gestão

A falta de servidores técnicos (Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Atividades Agropecuárias) e administrativos lotados no Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal da Superintendência Federal de Agricultura no DF (SIFISA/DDA/SFA-DF) prejudica e, em alguns casos, inviabiliza a execução das atividades de responsabilidade deste serviço.

2.2.3.1.13 Ação: 20ZX/0006 - Fiscalização de Material Genético Animal (PI=FISCGENE)

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS - 20ZX/0006 FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL

Identificação da Ação						
Código	20ZX Tipo: Fiscalização de Atividades Agropecuárias					
Título	0006 Fiscalização de Material Genético Animal					
Iniciativa	04D4 Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366					
Programa	Defesa Agropecuária Código: 2028					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.500,00	300,00	300,00	300,00	100,00	0,00	200,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Relação entre as fiscalizações previstas e as fiscalizações realizadas		Fiscalização realizada	5	-	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	Relação entre as fiscalizações previstas e as fiscalizações realizadas	Fiscalização realizada	100%	

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Verificar percentual de atendimento às metas programadas.
Indicador	Taxa de Estabelecimentos Fiscalizados / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	Relação entre o número de fiscalizações executadas pelo número de fiscalizações programadas.
Tipo	Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Total de Fiscalizações Executadas} \times 100}{\text{Total de Fiscalizações Programadas}}$
Método de aferição	Termo de Fiscalização.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA)
Resultado do Indicador em 2013	60%

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

A rotina de trabalho nesta ação consiste no registro de estabelecimentos que produzam, processem, comerciem, armazenem e importem material genético animal, e de prestadores de serviços na área de reprodução animal. No Distrito Federal, a fiscalização de material genético animal se restringe, atualmente, a um laboratório de Fecundação *in vitro* (FIV) e um estabelecimento comercial de sêmen, e ao registro de estabelecimentos avícolas (avozeiros, matrizeiros e incubatórios), os quais devem ser demandados pelos interessados.

Conforme previsto no POA 2013, executou-se 60% das metas previstas para esta ação. A reprogramação das metas de 2013 não foi possível de ser executada, pois o SIPLAN (Sistema de Planejamento do MAPA) não estava mais em vigor no ano passado, impossibilitando a correção oficial das metas previstas.

- **Fatores intervenientes:**

Desde 18 de julho de 2013, a Fiscal Federal Agropecuária (FFA) que atuava nesta ação foi nomeada chefe do serviço e, devido à grande demanda do setor de inspeção animal, o cumprimento das atividades correspondentes à referida área foi prejudicado. A delegação das atividades a outro fiscal foi impossibilitada em virtude do deficiente quadro de FFAs lotados no SIFISA/DDA/SFA-DF, os quais já possuíam uma demanda maior da sua capacidade operacional.

- **Restos a pagar:**

Informações sobre outros resultados da gestão

A falta de servidores técnicos (Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Atividades Agropecuárias) e administrativos lotados no Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal da Superintendência Federal de Agricultura no DF (SIFISA/DDA/SFA-DF) prejudica e, em alguns casos, inviabiliza a execução das atividades de responsabilidade deste serviço.

2.2.3.1 .14 Ação: 0009 Erradicação da Febre Aftosa (PI FEBREAFTOSA)

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS - 20ZW/0009 - ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

Identificação da Ação						
Código	20ZW Promoção da Defesa Agropecuária					
Título	0009 - Erradicação da Febre Aftosa					
Iniciativa	04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária					
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366					
Programa	Defesa Agropecuária Código: 2028					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	4.359,40	4.295,29	4.295,29	4.295,29	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Área livre de Febre Aftosa com vacinação			Km ²	5.802	-	5.802
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	- Manter a condição de zona livre de febre aftosa com vacinação.
Indicador	- Taxa de Erradicação da Febre Aftosa em Bovídeos / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	- É um indicador que possibilita confirmar ou não a condição de zona livre da doença na UF.
Tipo	- Efetividade
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número Total de Animais Efetivamente Vacinados}}{\text{Total de Bovídeos no DF}} \times 100$
Método de aferição	- Relatórios emitidos pela SEAGRI-DF – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	- Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA
Resultado do Indicador em 2013	91,52 % na etapa de maio 92,18 % na etapa de novembro *

* a etapa de novembro o Indicador foi calculado considerando o número de animais envolvidos na etapa de vacinação e não o total de bovídeos no DF.

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

A manutenção da condição de área livre de Febre Aftosa com vacinação implica em ações de vigilância de doenças vesiculares e, a capacidade de pronta reação às emergências veterinárias.

Dentre as ações de vigilância de doenças vesiculares, está a contínua manutenção do cadastro de propriedades e a realização da vacinação dos bovídeos existentes no Distrito Federal, que abrange o controle pelo serviço oficial dos estabelecimentos comerciais autorizados pela SFA-DF a comercializar a vacina, a recepção da mesma nos estabelecimentos comerciais, sua conservação nesses e, controle da comercialização aos produtores.

A estratégia adotada no DF no ano de 2013, aprovada pelo Departamento de Saúde animal - DSA/SDA/MAPA desde 2012, é de vacinar todos os bovinos e bubalinos durante a campanha do mês de maio, com duração de 31 dias e, vacinação dos bovinos e bubalinos com idade até 24 meses durante a campanha do mês de novembro, com duração de 30 dias.

A campanha de vacinação de bovinos e bubalinos no mês de maio de 2013 obteve 2.497 propriedades com registros de vacinação das 2.921 cadastradas pela SEAGRI-DF, nestas foram vacinados 94.331 bovídeos dos 103.070 existentes, ou seja, foram vacinados 91,52% dos bovinos existentes no DF.

Já na campanha do mês de novembro de 2013, somente foram vacinados os bovídeos com idade até 24 meses, obtendo-se 2.371 propriedades com registros de vacinação das 2.766 existentes e, nestas foram vacinados 42.526 bovídeos dos 46.129 existentes, ou seja, foram vacinados 92,18% dos bovinos com idade inferior a 24 meses existentes no DF.

- **Fatores intervenientes:**

Por parte da SFA-DF, as ações ficaram prejudicadas pela pouca quantidade de fiscais na área de Defesa Sanitária Animal, que não puderam acompanhar os trabalhos de campo desenvolvidos pela SEAGRI-DF.

- **Restos a pagar:**

Não ocorreu no período.

Informações sobre outros resultados da gestão

Apesar do Distrito Federal não possuir abatedouros habilitados para exportação de carne bovina à União Europeia, a manutenção deste status sanitário, cujo último foco de Febre Aftosa ocorreu em maio/1993, garante o comércio internacional de toda a região Centro-Oeste.

Os índices de vacinação alcançados, superiores a 90% da população bovina existente, aliado ao controle de trânsito, mantém o status sanitário do Distrito Federal como Livre de Febre Aftosa com Vacinação.

2.2.3.1 .15 Ação: 20WZ/000F Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PI PCEANIMAL)

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS - 20ZW/000F - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS

Identificação da Ação						
Código	Promoção da Defesa Agropecuária					Tipo: 20ZW
Título	000F - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais					
Iniciativa	04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária					
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366					
Programa	Defesa Agropecuária					Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	1.885,50	1.463,06	1.463,06	1.463,06	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais		Propriedade cadastrada	4.500		4.500	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	- Verificar a existência ou não de doenças de notificação obrigatória no plantel animal do Distrito Federal.
Indicador	- Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves).
Descrição	- O indicador refere-se ao atendimento de notificações de doenças de notificação obrigatória em tempo hábil.
Tipo	- Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de suspeitas atendidas no prazo legal}}{\text{Número Total de Suspeitas Notificadas}} \times 100$
Método de aferição	Supervisão do SIFISA/DDA/SFA-DF nas ações da Secretaria de Agricultura.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA-DF
Resultado do Indicador em 2013	100 %

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

A ação objetiva garantir a segurança zoossanitária no Distrito Federal, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.

Não há como fazer uma previsão e programação das notificações que porventura poderão ocorrer no decorrer do ano, porém o Serviço Veterinário Oficial deve estar preparado em atendê-las e, a rapidez no atendimento dessas notificações é fator imprescindível na eficácia das ações, o que foi realizado durante o ano de 2013 em todas as notificações recebidas e encontradas pela Diretoria de Defesa e Vigilância Sanitária da SEAGRI-DF.

O cadastro das propriedades, registro dos sistemas produtivos diferenciados, controle sanitário e certificação de núcleos e estabelecimentos produtores de animais, são ações complementares de interesse do DSA para manutenção do status sanitário da área referente às doenças de notificação obrigatória das diferentes espécies de animais.

As atividades realizadas são relacionadas a seguir:

Brucelose: Consiste na realização de exames sorológicos e na imunização das fêmeas com idade de 03 a 08 meses de idade. Em todos os rebanhos com animais positivos, foram aplicadas as medidas previstas na legislação vigente.

Tuberculose: Consiste na realização de testes (tuberculinização) em bovídeos a partir de 6 semanas de idade. Nos rebanhos com animais positivos, foram aplicadas as medidas previstas na legislação vigente.

Anemia Infeciosa Equina: No Distrito Federal existem 04 unidades laboratoriais credenciadas para realização desse exame, ambos sob supervisão do serviço oficial e em todos os rebanhos com animais positivos, foram aplicadas as medidas previstas na legislação vigente.

Sanidade Suína: Existe uma Granja de Reprodutor de Suínos Certificada, sob supervisão do serviço oficial.

Sanidade Avícola: São realizadas monitorias trimestrais para as doenças aviárias de notificação obrigatória em todas as granjas de reprodução existentes no DF, além de monitoramento para salmonelas em granjas comerciais não registradas.

- **Fatores intervenientes:**

Apesar do contrato de repasse (convênio) para a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI-DF ter sido efetivado no segundo semestre de 2012, a central de compras do GDF demorou na aquisição dos itens de investimento necessários para a realização dos trabalhos, o que prejudicou em partes a afetividade do serviço, porém sem comprometer a qualidade.

Por parte da SFA-DF, as ações ficaram prejudicadas pela pouca quantidade de fiscais na área de Defesa Sanitária Animal, que não puderam acompanhar os trabalhos de campo desenvolvidos pela SEAGRI-DF.

- **Restos a pagar:**

Não ocorreu no período.

Informações sobre outros resultados da gestão

Dentre as notificações verificadas no ano de 2013, seja por vigilância ativa ou passiva, não foi detectada nenhuma doença de notificação obrigatória nos rebanhos do DF.

2.2.3.1 .16 Ação: 20ZX/000G - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (PI INSPANIMAL3)

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS - 20ZX/000G INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Identificação da Ação	
Código	20ZX Tipo: Fiscalização de Atividades Agropecuárias
Título	000G Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal
Iniciativa	04D4 Fiscalização das Atividades Agropecuárias
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366
Programa	Defesa Agropecuária Código: 2028
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
59.532,00	24.551,00	23.905,75	23.905,75	18.736,63	0	5.169,12
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Para a unidade de medida “estabelecimento inspecionado” são consideradas as fiscalizações, supervisões e auditorias realizadas nos estabelecimentos sob SIF subordinados a SFA-DF.		Estabelecimento Inspecionado.	377	350	342	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Indica o índice de estabelecimentos auditados em conformidade com a legislação e o índice de amostras de produtos analisados em conformidade com legislação.
Indicador	2536 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal / Unidade de Medida: número índice.
Descrição	O índice depende diretamente da atividade de fiscalização do processo de produção e dos produtos de origem animal. O valor do índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor é a qualidade da produção animal fiscalizada.
Tipo	Efetividade
Fórmula de Cálculo	ICA - Índice de conformidade de produtos de origem animal; $ICA = (0,7 \times (RA/NT) + 0,3 \times (AC/NA))$, em que: RA - Número de relatórios de auditoria/supervisão conformes; NT - Número total de relatórios de auditoria/supervisão; AC - Número de amostra de produtos em conformidade; NA - Número total de amostras analisadas.
Método de aferição	Relatórios de Auditoria e de Supervisão, Autos de Infração, Autos de Apreensão, Termos de Fiscalização, Certificados Oficiais de Análise.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal - SIFISA
Resultado do Indicador em 2013	RA = 5 NT = 5/ AC = 269 NA = 303 $ICA = 0,7 + 0,26 = 0,96$

Análise Situacional

- Execução das metas:**

Conforme previsto no POA 2013, executou-se 97,17% das metas previstas reprogramadas para esta ação.

Em 2013 foram realizadas 337 fiscalizações em estabelecimentos produtores e 5 auditorias/supervisões. Também foram coletadas 303 amostras para análise fiscal, das quais 269 estavam conformes e 34 não conformes.

Paralelamente, foram realizadas análises de plantas de estabelecimentos com intenção de registro ou ampliação/reforma de suas instalações, análises de solicitações de importação para fins comerciais ou consumo doméstico (embaixadas), autuação de empresas irregulares e apreensão de produtos não conformes, relatorias de instrução e demais atividades correlacionadas com esta ação.

- **Fatores intervenientes:**

O SIFISA/DDA/SFA-DF possui um deficiente quadro de servidores. Desde o ano de 2012, foram transferidos 03 (três) Fiscais Federais Agropecuários (FFA) deste serviço sem a devida reposição. E em janeiro deste ano, 2 FFAs do quadro se aposentaram.

Na área de Inspeção de Produtos de Origem Animal, há 06 Matadouros Frigoríficos, 02 Matadouros de Aves, 04 Fábricas de Conservas, 05 Entrepósitos Frigoríficos, 06 Entrepósitos de Pescados, 03 Entrepósitos de Ovos, 01 Granja Leiteira, 01 Fábrica de Laticínios, 01 Entrepósito de Mel, 05 Fábricas de Produtos não Comestíveis e 15 Estabelecimentos Relacionados, totalizando 50 estabelecimentos. Em contrapartida, o serviço conta com apenas 04 (quatro) FFAs atuando na área de inspeção e 22 (vinte e dois) Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal (AISIPOA).

Assim, a maioria dos estabelecimentos de abate não possui FFA permanente, ficando os mesmos a cargo dos AISIPOAs, contrariando o preconizado pela legislação vigente. Adicionalmente, o SIFISA/DDA/SFA-DF atua, desde 1978, em alguns municípios da RIDE, tais como Luziânia, Formosa, Cidade Ocidental, Novo Gama e Santo Antônio do Descoberto, localizados no Estado de Goiás. Entretanto, essa “delegação” de atividade da SFA-GO não foi devidamente oficializada, tornando temerosa a nossa ação na citada região, sem respaldo para nossas atividades e prejudicando as fiscalizações no Distrito Federal devido ao deslocamento de servidores para os estabelecimentos localizados nesses municípios.

- **Restos a pagar:**

Informações sobre outros resultados da gestão

A falta de servidores técnicos (FFAs e AISIPOAs) e administrativos lotados no SIFISA/DDA/SFA-DF prejudica e, em alguns casos, inviabiliza a execução das atividades de responsabilidade deste serviço.

2.2.3.1.17 Ação: 20ZX/000K - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS - 20ZX/000K VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL AGROPECUÁRIO, SEUS PRODUTOS E INSUMOS

Identificação da Ação						
Código	20ZX		Tipo: Fiscalização de Atividades Agropecuárias			
Título	000K Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos					
Iniciativa	04D4 – Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
Objetivo	Reestruturar, implem. e coord. o SUASA. Código: 0366					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo:	
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
45.000,00	45.000,00	20.349,48	20.349,48	20.349,48	0,00	6.791,88
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Área Animal: Fiscalização do trânsito internacional de animais, suas partes, produtos, subprodutos, derivados, insumos pecuários e materiais para pesquisa científica no Distrito Federal. Envolve a análise documental e a inspeção física das cargas ou bagagens em trânsito internacional no Aeroporto Internacional de Brasília, na Base Aérea de Brasília e no Porto Seco do DF.		Unidades Inspeccionadas	2760	2760	4354	
Área Vegetal: Fiscalização do trânsito internacional de vegetais, suas partes, produtos, subprodutos, derivados, insumos agrícolas e materiais para pesquisa científica no Distrito Federal. Envolve a análise documental e a inspeção física das cargas ou bagagens em trânsito internacional no Aeroporto Internacional de Brasília, na Base Aérea de Brasília e no Porto Seco do DF.		Unidades Inspeccionadas	3660	3660	4017	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	---	---	---	

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Dar base à avaliação de riscos de ingresso de enfermidades zoossanitárias e de pragas exóticas no país via importação de animais, vegetais, suas partes, produtos, subprodutos, derivados, insumos agropecuários e materiais para pesquisa científica, bem como à avaliação da sanidade dos produtos nacionais exportados.
Indicador	337 - Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	Relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na percepção de enfermidades.
Tipo	Efetividade
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de Partidas Inspeccionadas em Conformidade}}{\text{Total de Partidas Inspeccionadas}} \times 100$
Método de aferição	Termos de Fiscalização, Termos de Ocorrência, Prescrições de Quarentena, Termos de Depositário, Termos de Apreensão, Termos de Destruição, Certificados Fitossanitários, entre outros.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	UVAGRO-AIB/DDA/SFA-DF
Resultado do Indicador em 2013	75% (ponderação resultante de 61% na área ANIMAL e 90% na área VEGETAL)

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

A atividade de fiscalização da UVAGRO-AIB no Distrito Federal, em cumprimento à legislação zoo- e fitossanitária brasileira, envolve a análise documental e a inspeção física das cargas ou bagagens em trânsito internacional no Aeroporto Internacional de Brasília, na Base Aérea de Brasília e no Porto Seco do DF.

O volume dos trabalhos relacionados à ação depende, portanto, da intensidade do trânsito internacional de cargas e passageiros, que oscila conforme as políticas adotadas pelos países na área do agronegócio, custos de infraestrutura e logística disponíveis e oferta de voos, entre outros fatores. Depende, também, dos diferentes perfis de passageiros, ora portando animais de estimação, plantas e mudas, ora trazendo em suas bagagens produtos de origem animal e vegetal em desacordo com a legislação brasileira.

Área Animal:

Em 2013, seguindo as tendências dos anos anteriores, o volume de produtos de origem animal em trânsito comercial internacional no DF constituiu-se de importações de embutidos e importações de alimentos pelas embaixadas.

As importações informais, não comerciais, realizadas via bagagem de passageiros internacionais, constituíram-se novamente de laticínios, pescados, embutidos, carnes, produtos apícolas e produtos veterinários, entre outros itens.

O número de partidas (unidades, remessas) inspecionadas no Distrito Federal em 2013 somou, nesta ação, um total de 4.354, superior às 3.438 partidas de 2012. Este aumento de 27% deve-se em maior parte ao aumento em das apreensões de produtos de origem animal em bagagens de passageiros internacionais (importações informais) observadas no período. Na fiscalização de passageiros, podendo-se considerar que se manteve constante o número de voos internacionais com destino à Brasília em 2013 (38 voos semanais, contra 39 voos semanais em 2012), o maior número de apreensões de produtos de origem animal resulta possivelmente do maior rigor na fiscalização,

fruto de excelente entrosamento de nossa equipe com a equipe da Receita Federal do Brasil na fiscalização aduaneira, observada no período.

Levando-se em consideração as tendências macroscópicas de contínuo aumento de demanda para os próximos anos, tendo em vista também os grandes eventos esportivos de 2014 e 2016 a serem realizados neste país, necessário se faz o aumento estratégico da equipe desta Unidade.

A ação demandou o trabalho de três Fiscais Federais Agropecuários Médicos Veterinários, um agente administrativo, um motorista e a utilização de dois veículos.

Área Vegetal:

Em 2013, seguindo as tendências dos anos anteriores, grande parte do material vegetal em trânsito comercial internacional no DF constituiu-se de importações e exportações de material de propagação destinado à pesquisa científica, assim como embalagens e suportes de madeira, utilizadas no comércio internacional de mercadorias.

As importações informais, não comerciais, realizadas via bagagem de passageiros internacionais, constituíram-se de frutos, mudas, bulbos, estacas, raízes, flores, sementes, grãos, farinhas e madeiras diversas, entre outros itens.

O número de partidas (unidades, remessas) inspecionadas no Distrito Federal em 2013 somou, nesta ação, um total de 4.017, superior às 3.836 partidas de 2012. Este aumento de 4,7% deve-se em maior parte ao aumento em das apreensões de produtos de origem vegetal em bagagens de passageiros internacionais (importações informais) observadas no período. Na fiscalização de passageiros, podendo-se considerar que se manteve constante o número de voos internacionais com destino à Brasília em 2013 (38 voos semanais, contra 39 voos semanais em 2012), o maior número de apreensões de produtos de origem vegetal também resulta possivelmente do maior rigor na fiscalização, fruto de excelente entrosamento de nossa equipe com a equipe da Receita Federal do Brasil na fiscalização aduaneira, observada no período.

Levando-se em consideração as tendências macroscópicas de contínuo aumento de demanda para os próximos anos, tendo em vista também os grandes eventos esportivos de 2014 e 2016 a serem realizados neste país, necessário se faz o aumento estratégico da equipe desta Unidade.

A ação demandou o trabalho de seis Fiscais Federais Agropecuários Engenheiros Agrônomos, um agente administrativo, um motorista e a utilização de dois veículos.

- **Fatores intervenientes:**

Não houve disponibilização de recursos para aquisição de material permanente, o que impossibilitou, por mais um ano, a necessário provimento de equipamentos de informática e mobiliário.

A meta física estabelecida para 2013 foi subestimada, repetindo valores de anos anteriores já defasados frente ao maior número de voos internacionais em Brasília, que geram maiores demandas das atividades de fiscalização (maior número de fiscalizações realizadas).

- **Restos a pagar:**

A inscrição de R\$ 6.791,88 em restos a pagar deveu-se mormente a um processo de aquisição de material de consumo realizado no final de 2013, havendo o empenho do valor no período, com liquidação prevista para o primeiro bimestre de 2014.

Informações sobre outros resultados da gestão

O Resultado do Indicador em 2013 foi de 75%. Pela fórmula de cálculo descrita, deduzimos que as partidas inspecionadas que apresentaram inconformidades somaram 25% (diferença entre 75% e 100%).

Este montante compõe-se tanto das ocorrências relacionadas a cargas comerciais, como de todas as apreensões de produtos de origem animal e vegetal em bagagens de passageiros internacionais (importações informais). Assim, a maior ou menor pressão de fiscalização no Terminal de Desembarque de Passageiros pode alterar com facilidade o resultado final do Indicador, o que explicaria a sua eventual oscilação.

Contextualização

Programa: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.

O setor agropecuário atua intrinsecamente em ambiente de elevados riscos, associados a problemas climáticos, sanitários e mercadológicos, tais como secas, doenças, pragas, variações de preço e imposição de barreiras comerciais, que podem comprometer o desempenho econômico e a renda do produtor rural. Neste programa temático estão contempladas as políticas e os instrumentos de ação para:

- Fomento à Produção, em que o crédito rural, nas modalidades de custeio, investimento e comercialização, desempenha papel central;
- Gestão do Risco Agrícola, com iniciativas de aprimoramento do zoneamento agroclimático, monitoramento meteorológico e seguro rural;
- Abastecimento e Comercialização, por meio da política de garantia de preços mínimos ao produtor – PGPM, da melhoria no escoamento da produção, da regulação dos estoques;
- Armazenagem, com o aumento da capacidade estática dos armazéns públicos e a certificação das unidades armazenadoras;
- Defesa e da Promoção Internacional dos produtos brasileiros;
- Sustentabilidade na Agropecuária, por meio da promoção da agricultura orgânica e de outros sistemas de produção com a agregação de valores ambientais, sociais e econômicos à atividade rural;
- Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, com o Plano ABC, que foca na adaptação do setor às mudanças climáticas e na redução das emissões de gases de efeito estufa;

- Agregação de Valor à Agropecuária, promoção do associativismo e cooperativismo e melhoria da infraestrutura produtiva que viabilize a redução de custos e perdas;
- Agroenergia, com iniciativas para a produção de biomassa como fonte energética e vetor de desenvolvimento rural;
- Política de Modernização da Gestão Institucional, com reforço da gestão estratégica na execução e revisão das políticas setoriais e no provimento de serviços de qualidade à sociedade.

Desta forma, considerando o interesse social e as incertezas em que o setor agropecuário opera, é fundamental a participação do Estado, que aporta e gerencia vários instrumentos e políticas para garantir o abastecimento, a segurança alimentar, a renda dos produtores rurais, a preservação do meio ambiente, a geração de divisas e a sustentabilidade do agronegócio brasileiro.

Dados Gerais

Objetivo:

0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Iniciativas

- 02X7 - Implantação da Subcomissão Temática de Produção Orgânica.
- 02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica.

Ação:

- 8606 - Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico.

2.2.3.1.18 Ação 0003 Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica (PI=CERTORGAN)

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS – 8606/0003 APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA.

Identificação da Ação	
Código	8606 Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico.

Título	0003 Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.					
Iniciativa	02XB Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica.					
Objetivo	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda. Código: 0744					
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização Código: 2014					
Unidade Orçamentária	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.828,60	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalização no comércio		Fiscalização	80	-	50	
Atendimento denúncia/suspeita		Fiscalização	10	-	2	
Funcionamento da CPOrg		Reunião	5	-	4	
Capacitação produtores/técnicos		Prod./téc. capacitado	180	-	154	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Indicador (es) Utilizado (s)

Utilidade	Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada.
Indicador	Evolução da área com utilização de sistemas sustentáveis de produção
Descrição	Não informado
Tipo	Não informado
Fórmula de Cálculo	Percentual de sistemas sustentáveis de produção (E)= Área sob sistemas orgânicos de produção + Área sob plantio direto / área total de produção x 100
Método de aferição	Entidades públicas e privadas através do Cadastro Nacional de Produção Orgânica e APDC (Plantio Direto).
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Departamento de Produção e Sustentabilidade - DEPROS
Resultado do Indicador em 2013	As informações referentes ao indicador ainda não foram consolidadas

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

A execução das metas ocorreu baseada na programação do Plano Operativo Anual – POA 2013.

- Fiscalização no comércio: As fiscalizações ocorreram no decorrer do ano como atividade rotineira objetivando o acompanhamento da regularidade dos produtos comercializados no Distrito Federal.

- Atendimento a denúncia ou suspeita: Toda demanda relacionada a denúncia ou suspeita foi atendida.

- Funcionamento da CPOrg: Foram realizadas quatro reuniões no decorrer do ano para tratar de assuntos relacionados a cadeia produtiva de orgânicos.

- Capacitação de produtores e técnicos: Algumas atividades de capacitação ocorreram durante o ano, permitindo a capacitação de um total de 154 produtores e técnicos ligados a atividade orgânica.

OBS: O forte contingenciamento de recursos no ano de 2013 comprometeu parte da execução das atividades.

- **Fatores intervenientes:**

A execução das atividades não foi comprometida por fatores relevantes com exceção ao forte contingenciamento dos recursos.

- **Restos a pagar:**

Não ocorreu no período.

Informações sobre outros resultados da gestão

Não ocorreu no período.

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Por uma questão de organização das informações, os indicadores de desempenho da gestão utilizados pela UJ e definidos pela sede, para medir a efetividade dos principais processos da UJ, bem como os resultados alcançados pela gestão no exercício, foram apresentados no item 2.2.3.1, como melhor oportunidade para uma visão sistêmica da ação, com a seguinte conformação: caracterização completa da ação, com sua execução e resultados; caracterização completa dos indicadores, com fórmulas de cálculo, aferição e resultados; e análise crítica.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de			X		

risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica: Como braço executor descentralizado do MAPA, cabe esclarecer que a unidade não conta com unidades de controle interno e auditoria, conselhos ou comitês de governança ou controle, sendo certo que o acompanhamento e controle das atividades e investimentos são efetuados por meio de sistemas orçamentário, financeiro e contábil consolidados, tais como, SIAFI, SIOR e SIPLAN, além de outros. Bem como, conta a unidade com interlocução junto ao órgão central para assuntos de correição, ética e ouvidoria. O ambiente de controle da Superintendência é o estabelecido pelos normativos do TCU e CGU, além da supervisão exercida pela Assessoria de Controle Interno na sede. Ademais, a execução dos contratos é, na forma da legislação, acompanhada por servidores designados formalmente.</p>					

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.4 Sistema de Correição

A unidade não conta com uma estrutura organizacional de correição, sendo a mesma exercida por meio de interlocução com a Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares - CGPAD/SE/MAPA, órgão central do sistema de correição no MAPA, regularmente instituído na estrutura do MAPA, por Regimento Interno. Na SFA/DF, um servidor cuida dos assuntos sob a coordenação daquela unidade.

A unidade, no exercício de 2013, não teve procedimentos apuratórios instaurados.

3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A unidade conta com servidor designado para a interlocução com a CGPAD/SE/MAPA, devidamente cadastrado no sistema CGU-PAD, sendo certo que no exercício 2013 não foram instaurados procedimentos apuratórios no âmbito da unidade, De relevo, apenas o fato de que o referido interlocutor foi designado, por autoridade externa à SFA/DF, para participar de procedimentos investigativos preliminares, envolvendo fatos alheios ao ambiente da unidade.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Já realizamos as análises no quadro e na análise crítica do mesmo.

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das Despesas

4.1.1 Programação

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	130101		-	NOP	NOP	563.501,47
Recebidos		130014	-	NOP	NOP	563.501,47
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SAD/SFA-DF

* NOP: não ocorreu no período.

QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	130014		-	NOP	NOP	293.173,96
Recebidos		373001	-	NOP	NOP	293.173,96
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SAD/SFA-DF

* NOP: não ocorreu no período.

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite	NOP	NOP	NOP	NOP
b) Tomada de Preços	NOP	NOP	NOP	NOP
c) Concorrência	NOP	NOP	NOP	NOP
d) Pregão	330.305,56	227.494,82	175.926,21	227.494,82
e) Concurso	NOP	NOP	NOP	NOP
f) Consulta	NOP	NOP	NOP	NOP
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	NOP	NOP	NOP	NOP
2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa	76.960,79	56.755,30	61.031,25	56.755,30
i) Inexigibilidade	57.439,01	57.871,32	48.825,58	57.871,32
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos	6.522,57	5.439,28	6.522,57	5.439,28
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha	NOP	NOP	NOP	NOP
l) Diárias	15.131,17	53.956,16	15.131,17	53.956,16
5. Outros	NOP	NOP	NOP	NOP
6. Total (1+2+3+4+5)	479.836,53	401.516,88	300.914,21	401.516,88

Fonte: SAD/SFA-DF

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
333.90.14	15.131,17	68.934,77	15.131,17	53.956,16	-	-	15.131,17	53.956,16
333.90.30	126.255,71	77.849,31	126.255,71	77.776,80	7.749,93	72,51	76.956,42	77.776,80
333.90.33	21.318,38	42.379,29	21.318,38	41.508,91	12.845,12	870,38	15.237,89	41.508,91
333.90.36		24.541,30		20.401,20	-	4.140,10		20.401,20
333.90.37	68.790,53	19.806,84	68.790,53	19.806,84	2.757,84	-	53.241,29	19.806,84
333.90.39	168.364,64*	169.531,36**	168.364,64	169.479,20	11.396,15	52,16	136.003,94	169.479,20
333.90.47	7.683,44	10.954,45	7.683,44	10.418,19	-	536,26	7.165,32	10.418,19
333.91.39	6.300,00	4.686,64	6.300,00	3.462,18	1.224,46	-	3.644,40	3.462,18
44.90.52	85.189,68	-	85.189,68	-	-	-	12.212,68	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SAD/SFA-DF

* A esse valor não está somado o montante pago de condomínio, ao INCRA, R\$293.173,96 pelo critério de rateio das despesas comuns do edifício que ocupamos, de forma proporcional (metragem), montante, esse, não empenhado, vez que o mesmo é repassado àquele instituto mediante Nota de Crédito.

** A esse valor não está somado o montante pago de condomínio, ao INCRA, R\$ 267.650,97 pelo critério de rateio das despesas comuns do edifício que ocupamos, de forma proporcional (metragem), montante, esse, não empenhado, vez que o mesmo é repassado àquele instituto mediante Nota de Crédito.

Os gastos com pessoal da SFA-DF serão informados pela CGRH-SPOA, pois a SFA-DF não é uma UPAG, sendo a sua folha executada por aquela Coordenação-Geral, esclarecendo que as demais SFA's, por serem UPAG, receberam tais informações da CGRH.

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Não ocorreram alterações significativas no exercício, ressalvado sempre, as limitações orçamentárias rotineiras, sendo certo que as despesas aumentam todos os anos e os recursos disponibilizados não sofreram incremento na mesma proporção. Houve contingenciamento de recursos, em especial, em diárias, passagens e investimento, limitando, em muito, nossa atuação. A prejudicar a execução orçamentária, vale relatar a carência de recursos humanos e as suas capacitações, ressaltando o número de servidores da área meio e fim com tempo de serviço para aposentadoria aumentou de 2012 para 2013, agravando ainda mais a situação. Ademais, mais servidores se aposentaram em 2013. Vale explicitar que a UJ não dispõe de créditos originários, os recebendo apenas por movimentação, exatamente como ocorre com as demais superintendências. A movimentação para o INCRA decorre de pagamento de cota-parte do condomínio do edifício que compartilhamos.

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não ocorreu no período.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	36.973,50	14.522,77	21.450,73	0,00
2011	NOP	NOP	NOP	NOP
2010	NOP	NOP	NOP	NOP
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	NOP	NOP	NOP	NOP
2011	NOP	NOP	NOP	NOP
2010	NOP	NOP	NOP	NOP

Fonte: SAD/SFA-DF

4.3.1 Análise Crítica

O atraso do envio de recursos pelo órgão central, a eventual demora da análise dos processos licitatórios da UJ pela Consultoria Jurídica, e alguma falta de planejamento, em razão dos atrasos pela coordenação das áreas internas para as aquisições e realizações comuns da SFA, ensejaram ora o cancelamento, ora o pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores durante o exercício de 2012. No exercício de 2013 não restou saldo a pagar.

4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Não ocorreu no período

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SFA/DF					
CNPJ:	00396895/0075-61					
UG/GESTÃO:	130014					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	NOP	2	-	NOP	1.614.633,53	0,00
Contrato de Repasse	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Termo de Cooperação	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Termo de Compromisso	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Totais	0	2	-	0	1.614.633,53	-

Fonte: SAD/SFA-DF

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SFA/DF					
CNPJ: 00396895/007561			UG/GESTÃO: 130014		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP

Fonte: SAD/SFA-DF

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SFA/DF					
CNPJ: 00396895/007561			UG/GESTÃO: 130014		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	NOP	NOP
			Quantidade Reprovada	NOP	NOP
			Quantidade de TCE	NOP	NOP
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	NOP	NOP
			Quantidade Reprovada	NOP	NOP
			Quantidade de TCE	NOP	NOP
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
2012	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	NOP	NOP	
		Quantidade Reprovada	NOP	NOP	
		Quantidade de TCE	NOP	NOP	
		Montante repassado	NOP	NOP	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	NOP	NOP	
Montante repassado (R\$)		NOP	NOP		
2011	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	NOP	NOP	
		Quantidade Reprovada	NOP	NOP	
		Quantidade de TCE	NOP	NOP	
		Montante Repassado	NOP	NOP	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	NOP	NOP	
Montante Repassado		NOP	NOP		
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	NOP	NOP	

Fonte: SAD/SFA-DF

Não houve no presente exercício o repasse de recursos ou prestação de contas.

4.4.5 Análise Crítica

Esclareça-se que os convênios firmados em 2012 ainda estão em vigência, sendo certo que o acompanhamento financeiro e técnico, remotamente e no local, vem sendo realizado pelos técnicos da SFA/DF, com ocorrências lançadas no SICONV.

4.5 Suprimento de Fundos

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$
1,00

Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$) (a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	7	6.522,57	6.522,57
2012	-	-	-	-	-	5.439,28	5.439,28
2011	-	-	-	-	-	4.728,84	4.728,84

Fonte: SAD/SFA-DF

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não ocorreu no período.

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO A.4.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$
1,00

Código da UG 1	130014	Limite de Utilização da UG	20.000,00		Total
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		
			Saque	Fatura	
Saturnino Antonio de Oliveira	18469051172	6.522,57	-	6.522,57	6.522,57
Total Utilizado pela UG					

Fonte: SAD/SFA-DF

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	NOP	-	NOP	-	NOP	-	-	-	NOP	-	NOP	-
PC Aguardando Análise	NOP	-	NOP	-	NOP	-	-	-	NOP	-	NOP	-
PC em Análise	NOP	-	NOP	-	NOP	-	-	-	NOP	-	NOP	-
PC não Aprovadas	NOP	-	NOP	-	NOP	-	-	-	NOP	-	NOP	-
PC Aprovadas	NOP	-	NOP	-	NOP	-	7	6.522,57	3	3.439,28	4	4.728,84

Fonte: SAD/SFA-DF

4.5.5 Análise Crítica

Em virtude dos baixos valores utilizados para suprimento de fundos e o número reduzido de faturas, vez que não utilizamos a modalidade saque, permitem um controle em tempo real sobre os gastos efetuados por meio de cartão de pagamento do governo federal.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	89	--	--
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	--	--	--
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	87	--	--
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	87	--	11
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	--	--	--
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	--	--	--
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	02	01	--
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	03	03	--
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	--	02	--
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	92	06	11

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	---
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	---
1.2. Exercício de Função de Confiança	---
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	---
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	---
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	---
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	---
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	---
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	---
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	03
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	03
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	---
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	---
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	---
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	---
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	01
4.1. Doença em Pessoa da Família	---
4.2. Capacitação	01
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	---
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	---
5.2. Serviço Militar	---
5.3. Atividade Política	---
5.4. Interesses Particulares	---
5.5. Mandato Classista	---
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	---
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	04

Fonte:SGP/SAD/SFA-DF

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	02	02	---
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	--	--	--
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	06	06	--
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	89	89	--
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	--	--	---
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	--	---	---
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	--	--	--
1.2.5. Aposentados	Não há	--	---	--
2. Funções Gratificadas	Não há	14	14	--
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	14	14	--
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	--	--	--
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	---	---	---
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	20	20	--

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	03	07	13	33	21
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	---	--	--	--	--
1.2. Servidores de Carreira	03	07	13	33	21
1.3. Servidores com Contratos Temporários	--	--	--	--	--
2. Provimento de Cargo em Comissão	01	02	02	08	01
2.1. Cargos de Natureza Especial	--	--	--	--	--
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	--	---	--	--	--
2.3. Funções Gratificadas	01	02	02	08	01
3. Totais (1+2)	04	9	15	41	22

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	15	27	20	12	10	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	01	02	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	--	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	01	03	--	02	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	01	09	04	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

As despesas de pessoal da SFA-DF não serão declaradas em virtude do fato de que a execução e pagamento da folha dos servidores desta unidade são realizados pela CGAP-SPOA/MAPA, portanto, deixamos de preencher o quadro.

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

O processamento e a concessão de aposentadoria de servidores da SFA-DF são realizados pela CGAP-SPOA/MAPA.

5.1.5 Cadastramento no Sisac

O processamento e a concessão de aposentadoria de servidores da SFA-DF são realizados pela CGAP-SPOA/MAPA, ou seja, não temos sob a nossa responsabilidade as atividades de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão. Portanto, deixamos de preencher os quadros.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A SFA-DF não dispõe de controles formais de identificação de casos de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos, todavia, realizamos verificações periódicas junto aos nossos servidores, vez que o quadro de pessoal da unidade é bastante pequeno.

A forma de controle mais utilizada no âmbito da unidade é o acompanhamento da frequência dos servidores, situação que expõe imediatamente uma possível acumulação de cargo, face a ausências pontuais e/ou sucessivas (compatibilidade de horários).

Outra medida diz respeito a realização de reuniões anuais com os servidores, nas quais são expostas aos servidores os seus direitos e deveres, consignados na 8.112/90, em especial a acumulação ilícita de cargos. Assim, não detectamos casos de acumulação indevida no período.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não ocorreram casos de acumulação indevida no período.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não ocorreu no período, tendo em vista que tal definição é de responsabilidade da CGAP-SPOA/MAPA.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
RECEPCIONISTA	2	-	-	3	-
COPEIRA	1	-	-	-	-
APOIO A INFORMÁTICA	-	2	2	-	2
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
Dentre as atividades elencadas no Decreto 2.271/1997 estão as atividades de Coperagem e Recepção.					

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não ocorreu no período.

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Os empregados de conservação limpeza e vigilância fazem parte do quadro do condomínio, sendo as despesas pagas através de rateio de cota parte de cada condômino ocupante. Vale esclarecer que o condomínio é administrado pelo INCRA, órgão que ocupa a maior parte do prédio, portanto, responsável pelos processos de contratação de interesse comum dos condôminos.

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SFA-DF													
UG/Gestão: 130014							CNPJ: 00396895/0075-61						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	4/5	O	01/2013	05333566/0001-59	05/04/2013	04/04/2014	1		2				A
Observações:													
LEGENDA													
Área:							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
1. Segurança;							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
2. Transportes;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
3. Informática;							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Os empregados de conservação limpeza e vigilância fazem parte do quadro do condomínio, sendo as despesas pagas através de rateio de cota parte de cada condômino ocupante. Vale esclarecer que o condomínio é administrado pelo INCRA, órgão que ocupa a maior parte do prédio, portanto, responsável pelos processos de contratação de interesse comum dos condôminos. Não houve nenhum problema relacionado à condução dos contratos de prestação de serviços.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	6	6	6	6	-
1.1 Área Fim	6	6	6	6	-
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	3	3	3	3	-
2.1 Área Fim	2	2	2	2	-
2.2 Área Meio	1	1	1	1	-
3. Total (1+2)	9	9	9	9	-

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

Obs.: Os gastos com estagiários da SFA-DF serão informados pela CGRH-SPOA, pois a SFA-DF não é uma UPAG, sendo a sua folha executada por aquela Coordenação-Geral, esclarecendo que as demais SFA's, por serem UPAG, receberam tais informações da CGRH.

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Lei nº 10.081/1950, Decreto nº 6.403/2008 e IN/SLTI/MP Nº 03/208.

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Os veículos sobre responsabilidade da SFA/DF são de extrema importância para a consecução das atribuições regimentais da unidade, vez que, além das atividades administrativas atendem essencialmente as ações de fiscalização tais como: visita a campo de produção, estabelecimentos agroindustriais, fábricas, estabelecimentos de comercialização, casas veterinárias, postos de fronteiras, portos e aeroportos, e similares.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Total geral: 37, mas somente 19 em uso desta SFA/DF.

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

12.670 Km – Média anual

- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Nº.	PLACA	VEÍCULO	ANO	ATIVO BOM
1	JJE 7081	MEGANE DYNAMIQUE DYN 2.0	2008/2008 - 06 ANOS	ENCOSTADO
2	JGC 5911	PÁLIO ELX 1.4	2008/2009 - 05 ANOS	ATIVO BOM
3	JGC 5921	PÁLIO ELX 1.4	2008/2009 - 05 ANOS	ATIVO BOM
4	JJE 2917	PÁLIO HLX 1.8	2007/2007 - 07 ANOS	ATIVO BOM
5	JJE 3747	PALIO HLX 1.8	2007/2007 - 07 ANOS	ATIVO BOM
6	JJE 2937	PALIO HLX 1.8	2007/2007 - 07 ANOS	ATIVO BOM
7	JJE 2927	PALIO HLX 1.8	2007/2007 - 07 ANOS	ATIVO BOM
8	MWH 0417	PALIO HLX 1.8	2007/2007 - 07 ANOS	ATIVO BOM
9	JFQ 8145	FRONTIER 4X4 XE	2005/2005 - 09 ANOS	ATIVO BOM
10	JGL 2511	IVECO DAILY 45.S16 VETRATO	2008/2009 - 05 ANOS	ATIVO BOM
11	JHN 9313	FORD RANGER XL 13P	2009/2010 - 04 ANOS	ATIVO BOM
12	JHY 9949	FORD/ECOSPORT WD 2.0	2010/2011 - 03 ANOS	ATIVO BOM
13	JHY 9959	FORD/ECOSPORT XL S 1.6	2010/2011 - 03 ANOS	ATIVO BOM
14	JHV 1091	FIAT/STRADA FIRE 1.4	2010/2011 - 03 ANOS	ATIVO BOM
15	JHY 9969	FORD/ECOSPORT XL S 1.6	2010/2011 - 03 ANOS	ATIVO BOM
16	JHV 1051	FORD/ECOSPORT XL S 1.6	2010/2011 - 03 ANOS	ATIVO BOM
17	JHV 1071	FORD/ECOSPORT XL S 1.6	2010/2011 - 03 ANOS	ATIVO BOM
18	JGC 5931	FIAT PÁLIO ELX 1.4	2008/2009 - 05 ANOS	ATIVO BOM
19	JHV 1061	FORD/ECOSPORT XL S 1.6	2010/2011 - 03 ANOS	ATIVO BOM

- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Combustíveis: 60.283,18

Seguro: 4.095,01

Óleo: 1.134,48

Mão-de-obra: 7.255,85

Peças: 19.048,93

- g) Plano de substituição da frota;

Nenhuma previsão de substituição.

- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A política adotada no âmbito do MAPA, aí incluída a SFA-DF, é a utilização de veículos oficiais próprios, portanto, não há a ocorrência de serviços terceirizados de transportes.

- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A frota de veículos da SFA-DF, assim como os demais veículos do MAPA, são acompanhados e controlados pelo sistema informatizado denominado SCVA.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

Não se aplica.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	BRASÍLIA	1	1
	município 2	NOP	NOP
	município “n”	NOP	NOP
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1	NOP	NOP
	município 2	NOP	NOP
	município “n”	NOP	NOP
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	NOP	NOP
	cidade 2	NOP	NOP
	cidade “n”	NOP	NOP
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1	NOP	NOP
	cidade 2	NOP	NOP
	cidade “n”	NOP	NOP
Subtotal Exterior		NOP	NOP
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SAD/SFA-DF

* O imóvel que a SFA/DFA ocupa atualmente (SBN - Quadra 1 - Bloco “D” - sala 500 – Ed. Palácio do Desenvolvimento - CEP: 70057-900 – Brasília/DF) foi cedido, em regime de comodato, pela CONAB.

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
	803701	7	3	500.000	05/02/2014	1.277.005,58	-	293.173,96
Total								293.173,96

Fonte: SAD/SFA-DF

* Despesas em forma de condomínio, no valor de R\$293.173,96, repassados ao INCRA pela proporcionalidade do espaço que ocupamos no 5º andar do prédio do INCRA.

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não se aplica.

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.

	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(2)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(2)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(1)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(3)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
x	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
x	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

7.1.1 Análise Crítica

A unidade não conta com estrutura própria de Governança Corporativa. Com relação aos aspectos de Tecnologia da Informação, esclareça-se que todas as respostas fornecidas foram feitas considerando a ocorrência das situações no âmbito da UJ, valendo frisar que as definições para a área de tecnologia (planejamento, coordenação e aquisições) são idealizadas e formalizadas no âmbito da CGTI-SPOA-MAPA, que detém os poucos recursos humanos da casa trabalhando na atividade, sendo certo que as SFA's seguem o modelo e orientações da sede e contam, exclusivamente, com empregados terceirizados para a consecução do serviço. Daí a ausência de respostas dos itens de 1 a 6, 8 e 9, sugerindo que seja ouvida a sede ou analisado o RG da CGTI/SPOA/SE/MAPA. A UJ conta com um interlocutor para os serviços de atendimento e informação ao cidadão (SIC).

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).	X				
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				

7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levam à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
Considerações Gerais: A UJ adquire bens e serviços segundo modelos da sede, sendo certo que, hoje, muitos produtos fornecidos pelo mercado adotam critérios e preocupações com o meio ambiente, tais como, papel (usam madeiras de reflorestamento) e lâmpadas (que incorporam tecnologias que agridem menos o ambiente e as pessoas).					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
zRecurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	310	360	360	3.065,90	3.560,40	2.586,00
Água				15.600,73	14.357,19	
Energia Elétrica	116680kw	119000 kw	119000 kw	56.742,75	57.871,32	34.145,59
			Total	75.409,38	75.788,91	36.731,59

Fonte: SAD/SFA-DF

* Esclareça-se que os gastos da unidade com água estão embutidos no montante mensal repassado ao INCRA, órgão controlador do condomínio, pelo critério de rateio das despesas comuns do edifício que ocupamos, de forma proporcional. Do total de R\$293.173,96 repassado ao INCRA, R\$ 15.600,73, ou seja, 5,32 % correspondem ao nosso consumo de água no condomínio.

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não ocorreu no período.

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não ocorreu no período.

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Não ocorreu no período.

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não ocorreu no período.

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não se aplica.

Esclareça-se que esta unidade não conta com órgão de controle interno, sendo certo que tal controle é realizado pela assessoria especial de controle interno do MAPA (Sede).

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	20	-	-
	Entregaram a DBR	20	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A Unidade Jurisdicionada acompanha a entrega das DBR's pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93. A unidade de RH da SFA é a responsável pelo recebimento, em papel, e guarda dos referidos documentos. A cobrança dos inadimplentes é feita pessoalmente, sem a utilização de controles informatizados. Uma vez entregues a DBR's, as mesmas são encaminhadas para a CGAP-SPOA. Vale lembrar que a SFA-DF não possui terminais ou senhas do SIAPE, cabendo à CGAP-SPOA a operacionalização das ações de RH nesse sistema.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não ocorreu no período.

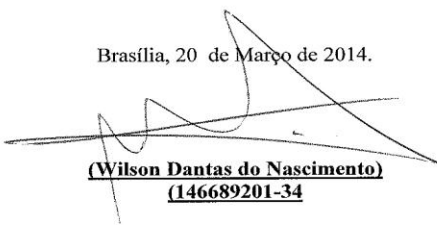
9.6 Alimentação SIASG E SICONV

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **(WILSON DANTAS DO NASCIMENTO)**, CPF nº 146689201-34, **(Chefe do Serviço de Apoio Administrativo)**, exercido na **(Superintendência Federal de Agricultura)** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

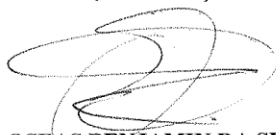
Brasília, 20 de Março de 2014.


(Wilson Dantas do Nascimento)
(146689201-34)

DECLARAÇÃO

Eu, **(OSEAS BENJAMIN DA SILVA)**, CPF nº 22686720182, **(CHEFE SUBSTITUTO DA SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA SEOF/SFA/DF)**, exercido na **(SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO DISTRITO FEDERAL)** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 20 de Março de 2014.



OSEAS BENJAMIN DA SILVA

22686720182

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O relacionamento da SFA/DF com a sociedade se dá por meio dos mecanismos oficiais federais e instituídos pelo MAPA, quais sejam, a Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Cidadão. Tais relacionamentos se dão por telefone, e-mail, website e presencialmente. A unidade conta com interlocutores para as duas áreas. As medições, relatórios e estatísticas dos atendimentos ao cidadão são os fornecidos pela sede, onde estão localizados os Coordenadores centrais da Ouvidoria e do SIC.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A contabilidade da UJ, como das demais unidades descentralizadas, é efetuada pela unidade central do MAPA, sendo certo que a UJ utiliza os sistemas governamentais ligados e alimentadores da contabilidade pública, tais como, SIAFI e SIOR. Em especial, informar que, segundo informações do órgão central, não estamos aplicando integralmente as NBC T 16.9 e 16.10 (ver informação do item seguinte, fornecida integralmente pelo setor de contabilidade do MAPA).

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

DECLARAÇÃO PLENA

QUADRO A.11.2.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SEPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC E ABASTECIMENTO SFA/DF			130014
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Não existem informações de conformidade e de desempenho da gestão no exercício que sejam consideradas relevantes pela unidade e que já não estejam no corpo do presente relatório.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal – SFA/DF, em consonância com as propostas estratégicas do MAPA, desempenha suas atividades de forma coordenada e voltada para a garantia da segurança alimentar da sociedade local, por meio de ações de fiscalização, de fomento e de consolidação da imagem institucional da unidade. Os números apresentados no decorrer deste relatório, tem evidenciado elevados índices de eficiência e eficácia na execução dos programas, com focos no alcance do superior interesse público e na garantia da legalidade na gestão de recursos públicos.

Pautados pelos diversos indicadores de desempenho desenvolvidos para aferir os resultados da gestão estratégica do MAPA, para cada perspectiva de atuação, quais sejam: Perspectiva da sociedade, perspectiva do agronegócio e parceiros, perspectiva de processos internos, perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento, a SFA/DF incrementou a sua aproximação com os diversos agentes sociais, tais como, Cooperativas, Produtores Rurais, Associações de Produtores, órgãos públicos (ANVISA, VISA/DF, SEAGRI/DF, EMATER, etc), por meio de encontros e criação de grupos de trabalho para o desenvolvimento de temas específicos, em especial a produção integradas, a agricultura orgânica e a disseminação e desenvolvimento de ações ligadas ao Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC, estas, por meio de reuniões e visitas de campo.

Para a consecução dos objetivos coletivamente definidos, foram implementadas, no âmbito da SFA/DF as seguintes ações específicas:

Ação 2000 - Administração da Unidade

000A Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Ação 20ZW Promoção da Defesa Agropecuária

0005 Erradicação Da Mosca Da Carambola.

0006 Prevenção, Controle E Erradicação De Pragas Dos Vegetais

0009 - Erradicação Da Febre Aftosa

000f - Prevenção, Controle E Erradicação De Doenças Dos Animais

Ação 20ZX Fiscalização de Atividades Agropecuárias

000J Vigilância E Fiscalização Do Trânsito Interestadual De Vegetais, Seus Produtos E Insumos

000D Fiscalização Das Atividades Com Organismos Geneticamente Modificados

000H Inspeção, Fiscalização De Produtos De Origem Vegetal
000A Fiscalização De Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
000C Fiscalização De Agrotóxicos E Afins
000B Fiscalização De Sementes E Mudanças
000E Padronização, Classificação, Fiscalização E Inspeção De Produtos Vegetais
0008 - Fiscalização De Insumos Destinados À Alimentação Animal
0009 – Fiscalização De Produtos De Uso Veterinário
0006 Fiscalização De Material Genético Animal
000G Inspeção E Fiscalização Dos Produtos De Origem Animal
000K Vigilância E Fiscalização Do Trânsito Internacional Agropecuário, Seus Produtos E Insumos
Ação 8606 Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica- Pró-Orgânico
0003 Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

Importante ressaltar que, em quase sua totalidade, as metas foram cumpridas ou superadas, apresentando variação positiva nos últimos 3 (três) anos. Assim, somos campeões em produtividade em diversos produtos agropecuários. O parque avícola continua pujante. No Aeroporto Internacional de Brasília manteve-se as atividades de apreensões e tratou-se da utilização dos espaços no local, em razão da mudança da INFRAERO para a INFRAMÉRICA. Nos insumos agrícolas, a média de conformidade continua dentro dos padrões exigidos pelas normas.

Portanto, as ações executadas pela SFA/DF no exercício de 2013 espelham, de forma clara, os resultados positivos colhidos em prol de todos os agentes sociais envolvidos, quando da implementação dos programas e políticas de governo, sob a sua responsabilidade.

Merece destaque a iniciativa desta unidade, já no fim do exercício, de realizar um grande evento, com grande participação dos agentes sociais e do senhor Ministro com toda a sua equipe, para discutir soluções para a agropecuária local.

Por todo o exposto, forçoso concluir que as principais metas da Gestão Estratégica do MAPA previstas para o exercício 2013 foram cumpridas, apesar das inúmeras dificuldades operacionais encontradas, especialmente quanto ao contingenciamento das dotações orçamentárias.

Registre-se, por fim, que os resultados alcançados deveram-se, principalmente, às ações articuladas dos diversos órgãos superiores do MAPA e da SFA/DF, e, principalmente, da dedicação e compromisso de um corpo funcional que, apesar de pequeno, é gigante no agir.

Para 2014, estão previstos, logo no início do ano, três grandes eventos, para Casas Agropecuárias, Associações Rurais e Cooperativas, e para o Bem Estar Animal, reunindo todos os interessados, para discutir e encontrar soluções para os setores. Continuar a luta para a recomposição da força-de-trabalho, da readequação da estrutura organizacional, tanto de unidades organizacionais, como de cargos de chefias e assessoramento. Vale ressaltar que os sucessivos e recentes concursos têm privilegiado, nesta capital, a sede (unidade de formulação), em detrimento da execução, que ocorre no âmbito da Superintendência. Ademais, conforme fartamente demonstrado, o PIB Agropecuário do DF cresce exponencialmente, o que comprova a necessidade de aportes de pessoas e recursos financeiros, não apenas para fazer frente aos novos desafios, mas, principalmente, para reforçar o papel e a imagem institucional da unidade e do MAPA.